

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Os meios de comunicação e a noção de gestão ambiental: uma
análise das mensagens veiculadas pelo jornal “Folha de S. Paulo”**

Fernanda Mancilha Fontes

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fernanda Mancilha Fontes
Gestora Ambiental

Os meios de comunicação e a noção de gestão ambiental: uma análise das mensagens veiculadas pelo jornal “Folha de S. Paulo”

Orientador:
Prof. Dr. **ANTÔNIO RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2009**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Fontes, Fernanda Mancilha

Os meios de comunicação e a noção de gestão ambiental: uma análise das mensagens veiculadas pelo jornal "Folha de S. Paulo" / Fernanda Mancilha Fontes. - - Piracicaba, 2009. 104 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 2009.
Bibliografia.

1. Gestão ambiental 2. Meios de comunicação 3. Mídia Impressa I. Título

CDD 333.715
F683m

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

*Dedico este trabalho a minha filha,
Amarílis, por me ensinar, com toda a
sabedoria de sua meninice, o valor da
curiosidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Antônio Ribeiro de Almeida Júnior por seus ensinamentos e críticas e, principalmente, pela confiança em mim depositada.

Aos professores Adalmir Leonídio, Thales Haddad Novaes de Andrade, Hector Omar Ardans-Bonifacino e Dennis de Oliveira pelas valiosas contribuições neste trabalho.

À minha família, minha filha, Amarílis, minhas mães Maria Sebastiana e Aparecida e minha irmã Daniela, por me ensinarem, cada uma à sua maneira, a ser uma mulher forte. Ao meu pai, Sidney, um bom exemplo de que podemos transformar a realidade. E ao Vinícius, pelo apoio, carinho e paciência demonstrados ao caminhar ao meu lado.

Aos grandes amigos que encontrei na primeira turma de Gestão Ambiental da ESALQ/USP, por proporcionarem infindáveis e divertidíssimas discussões, sempre instigantes.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, apoio imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa.

“A problemática ambiental emerge como uma *crise de civilização*: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia do mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da *outridade*.”

Enrique Leff

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO..... | 11 |
| ABSTRACT | 13 |
| LISTA DE FIGURAS | 15 |
| LISTA DE TABELAS | 17 |
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1 O Problema | 19 |
| 1.2 Objetivo geral | 20 |
| 1.2.1 Objetivos específicos | 20 |
| 1.3 Hipóteses | 21 |
| 2 DESENVOLVIMENTO | 23 |
| 2.1 Revisão Bibliográfica | 23 |
| 2.1.1 A noção de Gestão Ambiental | 24 |
| 2.1.2 Perspectiva histórica do ambientalismo | 26 |
| 2.1.2.1 Conservacionismo, preservacionismo e o novo ambientalismo | 28 |
| 2.1.2.2 Acesso à informação e ambientalismo | 31 |
| 2.1.3 Comunicação de massa | 32 |
| 2.1.3.1 A apropriação do discurso | 34 |
| 2.1.3.2 Acesso à informação e democracia | 37 |
| 2.2 Material e método..... | 39 |
| 2.2.1 Seleção e análise do material encontrado..... | 40 |
| 2.3 Resultados e Discussão..... | 42 |
| 2.3.1 A Folha de S. Paulo | 42 |
| 2.3.1.1 Breve histórico da FSP | 42 |
| 2.3.1.2 A FSP e a lógica empresarial | 44 |
| 2.3.1.3 Descrição dos cadernos e suplementos..... | 47 |
| 2.3.2 Análises quantitativas..... | 50 |
| 2.3.2.1 Os tipos das matérias..... | 59 |
| 2.3.2.2 As fontes consultadas | 68 |
| 2.3.2.3 Os atores citados | 74 |

| | |
|--|-----|
| 2.3.2.4 Unidades Temáticas e seus desdobramentos | 79 |
| 2.3.3 Análise qualitativa | 82 |
| 2.3.3.1 Empregabilidade | 82 |
| 2.3.3.2 Política pública | 84 |
| 2.3.3.3 Urbanismo | 86 |
| 2.3.3.4 Certificação | 87 |
| 2.3.3.5 Legislação | 89 |
| 2.3.3.6 Empresas | 91 |
| 2.3.3.7 Poluição | 94 |
| 2.3.3.8 Ambientalismo | 95 |
| 2.3.3.9 Consumo | 96 |
| 2.3.3.10 Energia | 97 |
| 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 99 |
| REFERÊNCIAS | 101 |

RESUMO

Os meios de comunicação e a noção de gestão ambiental: uma análise das mensagens veiculadas pelo jornal “Folha de S. Paulo”

A crise ambiental tem suas origens em períodos remotos, entretanto, é com o modelo de desenvolvimento consolidado a partir da *modernidade* que problemas ambientais e sociais se intensificam. Desse modo, estabelecem-se duas racionalidades que podem orientar o desenvolvimento: a econômica, que se relaciona ao processo de acumulação capitalista; e a ambiental, que enxerga a crise como uma crise civilizacional. O estudo da Gestão Ambiental nos indica que esta seria uma noção em disputa entre estas duas racionalidades, podendo adquirir sentidos contraditórios. Sua história pode ser resumida como uma noção gerada na esfera pública dos países desenvolvidos, na década de 1970, porém que, às vésperas da Rio-92, sofre adequação ao setor mercantil, interessado em assumir nova postura frente às questões ambientais. Um aspecto que merece ser debatido, portanto, são as motivações deste setor em se enveredar pelos caminhos do ambientalismo, sendo fato o reconhecimento da questão ambiental como peça chave em estratégias de mercado. Torna-se necessário compreender a maneira como o setor se apropriou e reduziu o discurso ambientalista, utilizando-se da valorização extremada da economia e da tecnologia como soluções para os problemas ambientais. É preciso verificar a força potencial dos meios de comunicação em se tornarem instrumentos de consolidação de um discurso único que representa o viés de seus “dirigentes”. Este trabalho tem por objetivo analisar criticamente o conteúdo das mensagens sobre gestão ambiental veiculadas pelo jornal “Folha de S. Paulo”, entre os anos de 1997 e 2008. Buscou-se relacionar as mensagens às racionalidades econômica e ambiental e discutir as implicações decorrentes da difusão hegemônica de um discurso empresarial sobre o ambientalismo.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Mídia; Discurso empresarial

ABSTRACT

Mass media communication and the environmental management notion: an analysis of messages in “*Folha de S. Paulo*” newspaper

The environmental crisis has remote origins. However, new development models built during modernity intensified environmental and social problems. This way, there are two rationalities that could orient the development: the economic rationality related to capital accumulation; and the environmental rationality which sees the current situation as a civilization crisis. From environmental management studies, we realize that this is a notion in construction, emerging from conflict between these two rationalities. Because of that, it can acquire contradictory meanings. The short history of this expression can be summarized as a notion formed, in the late 1970's, in the public sphere of the most industrialized countries. In the eve of Rio-92, it was appropriated by the corporations, which were interested in a new image and posture to face environmental issues. Therefore, the corporations' motivations to get closer to the environmentalist discourse need debate. As a matter of fact, the environmental issues became a key element in marketing strategies. It turns necessary to understand how corporations internalized and impoverished the environmental discourse through an exacerbated valorization of economy and technology as solutions to environmental problems. It is important to find out the potential power of mass communication as a tool for the consolidation of a unique discourse representing the bias of media's owners. This study aims to analyze, in a critical way, the contents of the environmental management messages in “*Folha de S. Paulo*” newspaper, between 1997 and 2008. It looked for relations between messages and the economic and environmental rationalities and discusses the implication drifted from the hegemonic diffusion of an environmentalism enterprise discourse.

Keywords: Environmental management; Mass media communication; Enterprises discourse

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Ocorrências totais e ocorrências válidas do termo "gestão ambiental" no período pesquisado..... | 52 |
| Figura 2 – Distribuição das ocorrências válidas do termo “gestão ambiental” nos cadernos diários e nos suplementos semanais..... | 55 |
| Figura 3 – Distribuição dos tipos de matérias encontradas..... | 64 |
| Figura 4 – Ocorrência das diferentes fontes de informação..... | 70 |
| Figura 5 – Ocorrência dos diferentes atores citados..... | 75 |
| Figura 6 – Distribuição dos temas encontrados..... | 81 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|--|----|
| Tabela 1 – | Total de ocorrências do termo “gestão ambiental”..... | 51 |
| Tabela 2 – | Ocorrências válidas do termo “gestão ambiental”..... | 52 |
| Tabela 3 – | Distribuição das ocorrências válidas do termo “gestão ambiental” nos cadernos diários e nos suplementos semanais..... | 54 |
| Tabela 4 – | Distribuição dos tipos de matérias no período pesquisado..... | 63 |
| Tabela 5 – | Distribuição dos tipos de matérias em cadernos diários e suplementos semanais..... | 67 |
| Tabela 6 – | Distribuição das fontes consultadas no período pesquisado..... | 69 |
| Tabela 7 – | Detalhamento das categorias de fontes consultadas..... | 71 |
| Tabela 8 – | Ocorrência dos atores citados..... | 74 |
| Tabela 9 – | Detalhamento das categorias de atores citados..... | 76 |
| Tabela 10 – | Grade de leitura do material pesquisado e a recorrência dos temas definidos..... | 79 |

1 INTRODUÇÃO

A preocupação da sociedade com a problemática ambiental, sem dúvida, tem relação com a evolução dos meios de comunicação. Andrade (2007) afirma que desenvolvimento tecnológico e a decorrente consolidação das telecomunicações facilitaram o acesso à informação e pulverizaram no espaço público as mais diversas questões ligadas ao meio ambiente. Não só questões relacionadas ao cotidiano e à qualidade de vida dos cidadãos, mas, muitas vezes, temas distantes de algumas realidades sociais.

Expressa por conflitos de ordem social e econômica, a complexidade da questão ambiental passa a ser, então, cotidianamente reportada por veículos de comunicação. O entendimento que a sociedade passa a fazer desta questão certamente está ligado a este sistema de representações sociais, fato que nos indica a necessidade de observar mais atentamente como a informação ambiental é colocada e as implicações decorrentes deste processo.

As particularidades impostas aos meios de comunicação, enquanto campo sujeito a conflitos estruturais intrínsecos e entregue à ordem neoliberal, influenciam sobremaneira o modo como as mensagens são dispostas para o entendimento, distante de serem consideradas neutras.

1.1 O Problema

A questão fundamental que este trabalho visa responder é como a Folha de S. Paulo (FSP), jornal de grande prestígio no Brasil, atualmente, vem retratando a noção de Gestão Ambiental, através dos mecanismos de construção e divulgação de notícias. A resposta a esta questão contribuirá para o entendimento sobre como estas representações colaboram para disseminar discursos e, de certa maneira, formar opinião entre o público leitor.

1.2 Objetivo geral

Apesar da recente emergência, a utilização do termo “gestão ambiental” apresenta ampla divulgação. Este trabalho busca contextualizar o surgimento da noção de Gestão Ambiental e a forma como esta vem se consolidando nas representações sociais. Para tanto, estabeleceu-se como objetivo examinar mais atentamente as mensagens veiculadas sobre tal noção, através de um levantamento quantitativo e qualitativo do que é reportado por um importante veículo de comunicação de mídia impressa.

Desta forma, o jornal diário Folha de S. Paulo – FSP foi eleito como fonte de dados deste estudo, visto que se trata de um veículo de comunicação de abrangência nacional, apesar das limitações impostas a um diário impresso. Além de, atualmente, deter o *status* de jornal com a maior tiragem e circulação no Brasil. Um terceiro aspecto, que torna a FSP um veículo atrativo para a análise, é o fato deste se autodenominar apartidário, crítico e pluralista, ou seja, um veículo de comunicação de massa que pode, ao mesmo tempo, traduzir e formar discursos em toda a sociedade.

1.2.1 Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são quantificar e qualificar os textos divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo que trazem o termo “gestão ambiental” em seus conteúdos, buscando evidenciar aspectos relevantes, tais como as temáticas em que o termo se insere, os principais atores mencionados, as fontes de informações e a pluralidade de opiniões. Aspectos esses que podem se relacionar às idéias e valores sobre o termo em si e a questão ambiental de forma geral.

Outro objetivo é analisar a maneira como a Folha de S. Paulo aborda o termo “gestão ambiental”, identificando os temas aos quais este se relaciona e, quando possível, as racionalidades correspondentes - econômica e ecológica, reconhecendo nos textos os discursos sociais que os produzem e, conseqüentemente, revelando a

ideologia a estes subjacentes.

Apresenta-se como objetivo secundário discutir os mecanismos de funcionamento dos meios de comunicação de massa e suas relações com a divulgação de notícias ambientais; a preocupação popular com o meio ambiente; a politização da questão ambiental e, finalmente, as soluções propostas para o enfrentamento da chamada crise ambiental, questionando se o setor empresarial prevê fundamentalmente a gestão de problemas reais e profundos dos sistemas de produção capitalistas ou empenha-se, apenas, na construção de uma imagem ambientalmente correta. Dessa forma, este trabalho deverá abordar, de maneira geral, as correlações entre acesso à informação, democracia e legitimação de poder.

1.3 Hipóteses

Diante da crise ambiental, a racionalidade econômica apresenta certa resistência a mudanças mais profundas, de modo que os discursos de sustentabilidade são reduzidos e apropriados, adequando-se a esta racionalidade.

Enquanto noção recente e não consolidada, a Gestão Ambiental enfrenta um processo de disputa, tal como ocorre com outras noções da esfera ambiental atualmente. A apropriação das noções de Gestão Ambiental pelo setor empresarial e sua transformação em um conceito hegemônico se dão com relativo sucesso, submergindo outras noções. O discurso empresarial da Gestão Ambiental está orientado, fundamentalmente, pela melhoria da imagem junto aos diversos *stakeholders*¹. A mídia ocupa papel central na difusão do conceito empresarial.

Na Folha de S. Paulo, qualificado como exemplar da mídia neoliberal, ou seja, veículo de comunicação entregue à lógica empresarial ao entender a notícia como

¹ Utilizou-se a definição usualmente encontrada para o termo *stakeholders*: as diversas partes interessadas com as quais uma organização se relaciona, afetando-as ou sendo afetada por estas. Assim, o termo abrange pessoas físicas e jurídicas, em diferentes níveis de organização, das quais destacamos consumidores, funcionários, acionistas, comunidade local, fornecedores, governo e mídia.

mercadoria destinada a gerar lucro, espera-se encontrar mensagens sobre Gestão Ambiental em consonância com as versões correntes no meio empresarial.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão Bibliográfica

A chamada crise ambiental tem suas origens em períodos bastante remotos, relacionando-se, certamente, às representações do mundo natural estruturadas ao longo dos séculos. Entretanto, é a partir do advento da *modernidade* e do modelo de desenvolvimento por esta consolidado, no contexto da *revolução industrial*, que problemas ambientais e sociais se intensificam. É certo que não se pode ignorar as construções históricas - materiais e simbólicas que, dialeticamente, compõem estes problemas. Contudo, neste trabalho esta questão não será discutida de maneira aprofundada, buscando-se, apenas, relacioná-las brevemente a duas racionalidades que podem orientar o desenvolvimento, a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental, ainda incipiente.

A racionalidade econômica se relaciona ao processo de acumulação capitalista e a seu conseqüente método de apropriação e transformação capitalista da natureza. Segundo Leff

A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica baniu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental (LEFF, 2001, p. 15).

Quando os problemas ambientais se tornam evidentes, impondo limites ao crescimento do capital, a racionalidade econômica e instrumental encontra paliativos na eficiência dos meios tecnológicos e na incorporação do ambiente como uma variável, cuja regulação cabe ao mercado, ou seja, a mesma lógica que se mostrou ineficaz para contornar problemas como a desigualdade e a marginalização social, agora é utilizada para controlar a degradação ambiental.

Entretanto, a racionalidade ambiental, tal como propõe Enrique Leff (2001), enxerga a crise ambiental como uma crise civilizacional. Nessa perspectiva, a resolução

de problemas ambientais só é possível através de “profundas mudanças sociais, institucionais e paradigmáticas” (LAYRARGUES, 1998, p. 37). Para Leff (2001), essa racionalidade deve ser resultado de interesses e práticas socialmente construídos e legitimados. E sua emergência só é possível ante a desconstrução da racionalidade capitalista² imperante em todas as esferas da vida social.

Nesse sentido, não só é necessário analisar as contradições e oposições entre ambas as racionalidades, mas também as estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade; de uma nova ordem global capaz de integrar as economias autogestionárias das comunidades e permitir que construam suas próprias formas de desenvolvimento a partir de uma gestão participativa e democrática dos recursos ambientais (LEFF, 2001, p. 144).

2.1.1 A noção de Gestão Ambiental

O estudo da Gestão Ambiental indica que esta seria mais uma noção em disputa entre essas duas racionalidades: a econômica e a ecológica - tal como a noção de desenvolvimento sustentável, por exemplo - de maneira que pode adquirir sentidos diferentes e até mesmo contraditórios, se observados na perspectiva da construção e desconstrução de racionalidades. De forma bastante abrangente, a Gestão Ambiental pode ser definida como

o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade (PHILIPPI JÚNIOR; BRUNA, 2004, p. 700).

Contudo, acredita-se que a gestão efetiva e justa do ambiente deva apresentar características diferenciadoras de uma mera administração, incluindo, obrigatoriamente, elementos democráticos e participativos, tal como explicita Coimbra (2004):

Gestão Ambiental é um processo de administração participativo, integrado e contínuo, que procura compatibilizar as atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental, por meio da ação conjugada do poder

² Utilizam-se, ao longo deste trabalho, os termos racionalidade econômica, racionalidade capitalista e racionalidade econômica e instrumental como sinônimos, não assumindo, portanto, as particularidades conceituais específicas implícitas em cada um dos termos.

público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, mediante priorização das necessidades sociais e do mundo natural, com alocação dos respectivos recursos e mecanismos de avaliação e transparência (COIMBRA, 2004, p. 561).

Por sua vez, abordando a Gestão Ambiental sob a ótica crítica da racionalidade ambiental, Leff (2001) atribui outros sentidos a essa noção, incorporando profundas transformações de ordem social:

Os princípios de gestão ambiental e de democracia participativa propõem a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza (LEFF, 2001, p. 62).

Sinteticamente, a noção de Gestão Ambiental tem evidências de seu surgimento nos discursos sobre a gestão pública de países europeus, na década de 1970, época em que os debates sobre a degradação do meio ambiente começam a adquirir consistência. Nesse sentido, as pressões populares ligadas ao ambientalismo em voga motivaram a movimentação dos governos, da academia e da sociedade em torno da questão ambiental, culminando em conferências e documentos que, de certa forma, estimularam o posicionamento efetivo dos estados a respeito deste tema. Assim, dá-se início a elaboração de políticas e diretrizes para o desenvolvimento, orientadas pelas então recentes reivindicações.

Nessa perspectiva, a Conferência de Estocolmo, em 1972, é reconhecida como um marco na internacionalização dos esforços para reagir aos problemas ambientais globais através de mudanças das políticas públicas. Porém, nesta conferência, a postura do governo militar brasileiro contrariava a proposta do encontro, mas refletia claramente a mentalidade do governo, ao assumir o estímulo à instalação de empresas altamente poluentes no país.

Contudo, como resultado da repercussão da questão ambiental no período, o Brasil foi pressionado a adotar uma nova postura em relação ao ambiente. Segundo Neder (2002), o Estado assumiu fortemente a responsabilidade pelo controle da poluição, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que o definiu como prioridade de atuação, estabelecendo normas antipoluição e um zoneamento industrial.

Nesse sentido, para Almeida Júnior

[...] a Gestão Ambiental apresenta-se inicialmente como um questionamento das decisões das empresas e do Estado por parcelas da população que querem ter voz e vez nesses processos decisórios. Assim, construíram-se não apenas forças sociais que pressionam pela resolução das questões ambientais, mas também bases para uma nova racionalidade capaz de integrar estas questões em seus critérios de decisão (ALMEIDA JR., 2007, p. 49)

A partir deste posicionamento mais consistente dos estados na formulação de leis para regulação de recursos e observação de impactos, o setor produtivo começa a sentir certa necessidade de incorporar, de maneira reativa, a questão ambiental em seu discurso e em seus processos produtivos, o que se dá, a princípio, de forma bastante lenta. Porém, a partir da década de 1990, a Gestão Ambiental empresarial emerge como um discurso recorrente no setor, alicerçado nos ganhos econômicos provenientes da economia de recursos, eliminação do desperdício e melhoria da imagem.

2.1.2 Perspectiva histórica do ambientalismo

Em geral, a história e o desenvolvimento das sociedades estão intimamente relacionados com as representações da natureza que são estruturadas no decorrer dos tempos. Nesse sentido, o caminho que a sociedade ocidental percorreu até os dias de hoje pode ser visto como fruto de uma maneira particular de relação com o mundo natural. Segundo Diegues

[...] no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: *representar, organizar e legitimar* as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente (DIEGUES, 1996, p. 63).

De acordo com Keith Thomas (1988), a percepção do cidadão comum na Inglaterra do século XVII, em relação ao ambiente, era a de que o homem teria sido enviado por Deus à Terra para dominar a natureza e suas criaturas, destituídas da razão. A sujeição dos “seres inferiores”, entendida como a domesticação de plantas e animais seria, portanto, considerada benéfica para ambos. Grosso modo, essa

percepção se estenderia a toda sociedade ocidental daquela época e seria fundamentada em interpretações das escrituras bíblicas:

Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha êle domínio sôbre os peixes do mar, sôbre as aves dos céus, sôbre os animais domésticos, sôbre tôda a terra e sôbre todos os répteis que rastejam pela terra (Gênesis I, 26).

Em uma abordagem antropológica, a cosmologia que permeia essa forma de representação do mundo natural é o naturalismo, ou seja, a maneira como essa sociedade pensa e organiza seu mundo, relacionando-se com ele. Esta cosmologia pode ser caracterizada pela autonomia da cultura, na qual se estabelece a dicotomia cultura-natureza (DESCOLA, 2000).

Entretanto, no século XVIII, época de profundas mudanças sociais relacionadas à ascensão da burguesia, à revolução industrial e à revolução científica, novos olhares proporcionaram outros questionamentos sobre o mundo natural. Alain Corbin (1989), ao abordar a relação do homem comum europeu com o mar, pontua a importância do surgimento da teologia natural como uma forma de conhecimento que traçava correspondências entre o mundo físico e o espiritual, colocando o mundo exterior como espetáculo, que deveria ser contemplado e entendido. Mas afirma: “A partir da metade do século XVIII, o sistema de representação induzido pela teologia começa a dissolver-se; o mundo culto volta-se pouco a pouco para outros modos de apreciação da natureza, distanciando-se do providencialismo” (CORBIN, 1989, p. 42).

Nesse sentido, cabe ressaltar o papel do desenvolvimento científico e a secularização do saber como fatores importantes para uma nova fase no trato com as questões ambientais. Contudo, o modelo de racionalidade que orientou o “modo de conhecer” do homem moderno permaneceria ainda com o propósito essencial de perpetuar sua pretensa soberania (SANTOS, 2005; THOMAS, 1988). Paralelamente, a saturação urbana e o decorrente comprometimento da qualidade de vida passaram a estimular uma sensibilidade diferenciada frente à natureza. O Romantismo, enquanto movimento estimulado pelo descrédito em relação à civilização e à razão, buscava a introspecção, o sentimento e o retorno à natureza selvagem como forma de refúgio e

harmonização. O que também explica o inédito encantamento com a beleza do mundo selvagem, antes desvalorizado (CORBIN, 1989; THOMAS, 1988).

2.1.2.1 Conservacionismo, preservacionismo e o novo ambientalismo

As representações desse período foram geradas por diferentes motivações e tomam rumos diversificados no decorrer do tempo. Nos Estados Unidos, no século XIX, surgem duas linhas de pensamento sobre a utilização dos recursos naturais: o preservacionismo e o conservacionismo. Segundo Diegues (1996), o preservacionismo poderia ser representado por uma forte idéia de “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 1996, p. 30). Apresentava também um apelo biocêntrico, ou seja, a idéia de que a humanidade não teria direitos superiores aos dos animais. Paradoxalmente, essa seria a representação incutida no isolamento de áreas selvagens para criação de parques, e que encontrou na História Natural, não somente inspiração, mas também certo apoio científico. Entretanto, a visão inicialmente ética dessa ciência seria abandonada e reduzida a uma ciência mais abstrata e quantitativa, no pós-guerra.

O conservacionismo, por sua vez, caracterizado pelo “uso adequado e criterioso dos recursos naturais” (DIEGUES, 1996, p. 30), seria fortemente influenciado por Gifford Pinchot, engenheiro florestal, defensor do manejo como instrumento para o aumento da eficiência dos processos naturais. Pinchot previa a utilização racional dos recursos apoiada nos princípios de utilização pela geração presente, em benefício da maioria e da prevenção ao desperdício, idéias que entrariam nos debates sobre desenvolvimento sustentável, no século seguinte. Nesse sentido,

[...] se a proteção da natureza havia sido uma cruzada moral centrada no ambiente não humano e o conservacionismo um movimento utilitário centrado na administração racional dos recursos naturais, o **ambientalismo** centrou-se na humanidade e em seus ambientes (MCCORMICK, 1992, p. 63).

Assim, emergente na segunda metade do século XX, esse chamado Novo Ambientalismo apresentaria características particulares, como a heterogeneidade das

motivações e objetivos dos grupos sociais envolvidos, não devendo ser considerado um fenômeno organizado e homogêneo. Desse modo, apesar da existência de alguma discussão acerca da temática ambiental, um movimento organizado e vigoroso só começaria a tomar forma e ganhar fôlego a partir da década de 60, como resultado de um ativismo público crescente, impulsionado por questionamentos sociais e políticos. McCormick (1992) pontua ainda alguns fatores específicos que contribuiriam para tal processo: os efeitos da sociedade de afluência, a energia nuclear e seus problemas, a crítica de Rachel Carson ao uso de pesticidas, a divulgação de desastres ambientais, avanços no conhecimento científico e a influência de outros movimentos sociais.

Leila da Costa Ferreira (2003) afirma que a preocupação pública com a deterioração do ambiente é causa da emergência e do desenvolvimento de novos atores e processos diferenciados de apelo ambiental, como organizações governamentais e grupos comunitários, agências estatais de proteção, grupos e instituições científicas, um setor de administradores e gerentes de processos produtivos, um mercado consumidor verde, agências e tratados internacionais.

Todos os atores e processos acima assinalados constituem o movimento ambientalista global, cujos valores e propostas vão sendo disseminados pelas estruturas governamentais, grupos comunitários de base, comunidade científica e empresariado. O ambientalismo, surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se num capilarizado movimento multissetorial (FERREIRA, 2003, p. 90).

Ou seja, nas últimas décadas do século XX, a evidente degradação ambiental e a escassez de certos recursos naturais colocaram a temática da conservação da natureza como questão relevante nas discussões públicas sobre o desenvolvimento. É nesse contexto de reivindicações e pressões sociais que o setor público foi impelido a elaborar políticas de controle ambiental. No Brasil, as décadas de 70 e 80 são marcadas pela implementação de novas diretrizes para o desenvolvimento, apoiadas por uma legislação ambiental mais rigorosa, como a Lei Estadual 1.817/78, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre o zoneamento industrial da região metropolitana e a Lei Federal de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. No setor privado, esse novo cenário obriga as empresas a adotarem outra postura, necessária na medida em que sanções se tornariam, não somente, uma forma de aumento de custo, mas

também implicariam em desgaste da imagem junto à sociedade. Pode-se afirmar, portanto, que a motivação inicial do setor empresarial em adotar medidas de proteção ambiental seria meramente reativa e tais medidas eram, em geral, de caráter exclusivamente tecnicista. Ao final da década de 80, entretanto, observa-se que “a competência de fiscalização do Estado e as respostas dos empresários estavam muito aquém das necessidades reais de controle, para não dizer de uma verdadeira gestão ambiental” (NEDER, 2002, p. 343).

Segundo Neder (2002), a história da Gestão Ambiental pode ser resumida, em linhas gerais, como uma noção gerada na esfera pública nos países desenvolvidos da Europa, prevendo a criação de instrumentos (políticas e diretrizes) para orientar o desenvolvimento. A partir da década de 1980, observa-se a expansão dessa noção para as Américas e na década de 1990, sua ampliação e adequação ao setor mercantil.

A este respeito, deve-se considerar que a iminência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, e a projeção midiática que toda essa movimentação geraria, sem dúvida levariam o setor empresarial a rever, de certo modo, a postura defensiva frente às questões ambientais. Desse modo, a necessidade de adoção de uma postura pró-ativa, calcada em processos integrados e contínuos, que correspondessem às novas demandas sociais e políticas começa a se fortalecer. Assim, a noção de Gestão Ambiental é reelaborada, a fim de se tornar aplicável aos setores produtivos.

Coordenado pelo núcleo transnacional do capitalismo contemporâneo, dá-se o reconhecimento oficial do princípio de gestão ambiental na Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (publicada em 1991 durante a Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre o tema, articulada pela Câmara de Comércio Internacional – CCI, com sede em Genebra, para levar as posições industrialistas à Eco-92) (NEDER, 2002, p. 343).

Este documento propõe a coexistência do desenvolvimento econômico e da proteção ambiental sem conflitos, evidenciando a ideologia da racionalidade capitalista, ao considerar

(...) que as organizações versáteis, dinâmicas, ágeis e lucrativas devem ser a força impulsora do desenvolvimento econômico sustentável, assim como a fonte da capacidade de gestão dos recursos técnicos e financeiros indispensáveis à

resolução dos desafios ambientais. As economias de mercado, caracterizadas pelas iniciativas empresariais, são essenciais à obtenção desses resultados (ANDRADE et al., 2000, p. 3).

2.1.2.2 Acesso à informação e ambientalismo

Pode-se afirmar que outro fator importante para a emergência e desenvolvimento do movimento ambientalista, bem como suas implicações, seria o fenômeno da comunicação de massa, cujos efeitos contribuíram significativamente para traçar a trajetória que este movimento seguiu nas últimas décadas. Como afirma Ramos, “a evolução nos processos de comunicação, proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, é um dos fatores responsáveis por uma nova etapa no relacionamento do homem com o meio ambiente” (RAMOS, 1995, p. 13).

Contudo, em relação à projeção do tema à época da Eco-92, Ramos (1995) demonstra que o volume de informação nos jornais impressos (O Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo) e televisivos (Jornal Nacional e Jornal da Manchete) seguiu um comportamento semelhante, com crescimento gradual, no período anterior ao evento, culminando no período de sua realização, seguido de queda vertiginosa logo após o término da conferência. O autor observa também comportamentos análogos no que diz respeito às fontes de informação e a objetividade do assunto, revelando que boa parte do material divulgado conta com informação governamental como fonte, enquanto o assunto abordado, de forma geral, revela-se fragmentado e sem profundidade.

Nesse sentido, Andrade (2007) assinala a relação entre a politização da discussão ambiental com a consolidação do setor de telecomunicações, indicando, porém, que

Problemas como o sensacionalismo do discurso midiático, a tendência a exprimir posições oficiais e uma visão parcial e superficial das questões ambientais foram apontadas como as principais características da cobertura ecológica realizada pelos grandes meios de comunicação (ANDRADE, 2007, p. 164).

2.1.3 Comunicação de massa

Se, por um lado a compreensão da origem histórica do movimento ambientalista é imprescindível para se contextualizar o caráter que o seu discurso tem assumido, assim como a emergência de medidas para enfrentar a chamada crise ambiental. Por outro lado, deve-se também atentar para o modo como a informação ambiental é colocada para a sociedade e como todo esse processo de divulgação irá suscitar a mobilização social frente às questões ambientais.

De modo geral, pode-se assumir que a formação de opinião dos indivíduos a respeito de si próprios e do que os cerca se dá na interação de duas esferas, as quais poderíamos chamar de conhecimento pessoal direto e de sistema de representações sociais. A primeira seria aquilo que se compreende do mundo a partir da formação cultural, convivência social e experiência própria, enquanto a segunda abrangeria o conjunto de princípios que permeiam os indivíduos e os grupos, ajudando-os a compreender e atuar na realidade. A comunicação (e a comunicação de massa), enquanto forma de representação da realidade, seria parte do sistema de representações sociais, não somente como um resultado, mas atuando no fortalecimento do senso comum, das ideologias de um grupo (RAMOS, 1995).

Desse modo, cabe esclarecer que os meios de comunicação de massa não são isentos; pelo contrário, via de regra, são controlados pelas elites do poder político e econômico orientando a formação de opinião. Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1997) alerta para a forma perniciosa que a fabricação e veiculação de notícias assumiram e analisa

[...] a influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem, em primeiro lugar sobre os jornalistas (e os intelectuais-jornalistas) e, em seguida, e em parte através deles, sobre os diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico, campo científico (BOURDIEU, 1997, p. 101).

Ou seja, ele aborda a divulgação de mensagens pelos meios de comunicação não somente como fruto da vontade das elites que os comandam – apesar de

reconhecer sua importância, mas também como resultado da própria dinâmica desse campo, uma vez entregue as forças de mercado. Estendendo o debate feito por Bourdieu para a questão da difusão de informação de caráter ambiental, torna-se possível considerar que grande parte do que é divulgado, além de ser influenciado pelas elites, é orientado por mecanismos do campo jornalístico, podendo comprometer a qualidade do conhecimento na sociedade e no interior desse vasto campo de produção cultural que é abarcado no termo “ambiente”.

Para José Arbex Júnior (2001), “se em sua fase inicial a imprensa cumpria o papel de informar, divulgar e intermediar publicamente o raciocínio das pessoas privadas, agora, ao contrário, o público passa a receber a informação determinada por grupos privados” (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 60). Assim, o autor afirma que a fabricação de notícias é hoje controlada por um grupo muito reduzido de empresas que claramente obedecem à lógica de mercado. De modo que as notícias adquirem a conotação de mercadorias, ao serem elaboradas sob a mesma lógica capitalista que preside a confecção de qualquer produto. Enquanto a atividade jornalística torna-se parte da indústria cultural que, segundo Taschner (1992), pode ser definida, sinteticamente, como

[...] um conjunto de complexos empresariais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital, que produzem e distribuem em grande escala, empregando métodos muitas vezes (mas nem sempre) marcados por um alto grau de divisão do trabalho, baseados em fórmulas, e tendo em vista a rentabilidade econômica, objetos culturais (TASCHNER, 1992, p.18).

Herman e Chomsky (2003) apontam a existência de “filtros de notícias”, que atuam na distorção das informações de forma a adequá-las, não somente reduzindo seu conteúdo, mas também destacando e ampliando os aspectos desejados. Isso seria possível dado ao caráter de grandes corporações assumido pelo setor de comunicações. Desse modo, os filtros seriam:

(1) o porte, a concentração da propriedade, a fortuna dos proprietários e a orientação para o lucro das empresas que dominam a mídia de massa; (2) a propaganda como fonte principal de recursos da mídia de massa; (3) a dependência da mídia de informações fornecidas pelo governo, por empresas e por ‘especialistas’ financiados e aprovados por essas fontes primárias e agentes de poder; (4) bateria de reações negativas (em inglês flak) como forma de

disciplinar a mídia e o 'anticomunismo'³ como religião nacional e mecanismo de controle (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p. 62).

2.1.3.1 A apropriação do discurso

Paralelamente, outro aspecto que merece ser debatido são as reais motivações do setor empresarial em se enveredar pelos caminhos do ambientalismo. Layrargues (1998) pergunta se isso ocorre a partir de uma transição ideológica ou de uma apropriação ideológica:

Deparamo-nos aqui diante da dúvida: qual é a motivação que implicou a entrada do setor empresarial no ambientalismo? O que provocou a criação do ambientalismo empresarial? A racionalidade ecológica devido à conscientização da crise ambiental – caracterizada pela transição ideológica - ou a racionalidade econômica, possibilitada pela potencialidade da manutenção e fortalecimento das forças de mercado para permanecerem como instância reguladora da sociedade – ou seja, uma apropriação ideológica? (LAYRARGUES, 1998, p. 56).

É fato que o setor produtivo já reconhece a questão ambiental como peça chave em suas estratégias de mercado, seja por meio de ganhos em produtividade, a partir da economia de recursos, como também pela melhoria da imagem, as benesses do chamado marketing verde.

Nesse sentido, o autor contrapõe as duas lógicas que podem orientar a ação do setor empresarial e da sociedade como um todo: a racionalidade econômica e a racionalidade ecológica. A primeira entende o ambiente como uma variável de mercado de importância crescente e deposita a fé na resolução da chamada crise ambiental através de inovações tecnológicas provenientes da capacidade de auto-regulação desse mercado. A segunda, por sua vez, tem como premissa que a crise ambiental seria uma crise civilizatória, e que sua resolução se daria através de profundas mudanças institucionais, sociais e paradigmáticas, em que a economia obedeceria aos limites ecossistêmicos. Assim, Layrargues procura explicitar a inconsistência do discurso do “desenvolvimento sustentável” quanto à preocupação ambiental, aos

³ Anticomunismo pode ser entendido, atualmente, como a propagação de ideologias neoliberais.

moldes da ecologia superficial (shallow ecology).

Corroborando essa discussão, Foladori (2002) analisa a questão a partir do chamado tripé da sustentabilidade, composto pela esfera ecológica, econômica e social. De certa forma, a preocupação com esse tema tem origens na limitação que a não-conservação poderia impor à humanidade e ao desenvolvimento, tal como entendido pela racionalidade econômica. Nesse sentido, a tridimensionalidade que sustenta a maior parte das definições de desenvolvimento sustentável certamente reflete o comprometimento dessa noção com a lógica capitalista, como pode ser demonstrado ao se analisar esse discurso mais rigorosamente.

O maior consenso se dá em relação ao conceito de sustentabilidade ecológica que, contraditoriamente, considera o ambiente 'intocado' como o mais próximo do equilíbrio saudável para sua manutenção, alinhando-se, grosso modo, à perspectiva preservacionista. O conceito de sustentabilidade econômica, por sua vez, enfrenta a contradição maior de colocar lado a lado o crescimento econômico capitalista, com a utilização ilimitada de recursos, e a manutenção da integridade dos ambientes naturais (sustentabilidade ecológica). Para o conceito de sustentabilidade social ainda são necessárias maiores discussões, visto que, até recentemente, este não era entendido como um problema centrado em si mesmo, e sim, fator que, em última análise, comprometeria a sustentabilidade ecológica. Toda essa conceituação não demonstra de forma alguma a pretensão de se discutir novas relações sociais de produção, assinalando, portanto, a suposta autonomia da técnica frente às relações sociais, às decisões políticas e ao papel do conhecimento (FOLADORI, 2002).

Por sua vez, Sharon Beder (2000) demonstra que a valorização monetária do ambiente e a utilização de instrumentos unicamente econômicos para atingir o desenvolvimento sustentável – o que chama de sustentabilidade fraca - realça desigualdades sociais e gera ainda mais degradação.

Assim, o que se deve debater é a maneira como o setor empresarial se apropriou e reduziu o discurso ambientalista, utilizando-se justamente da valorização extremada da economia e da tecnologia como modos eficazes na solução de problemas

ambientais.

Assis (2006) afirma que “os meios de comunicação de massa têm se apresentado como difusores de uma visão hegemônica acerca da apropriação da natureza e se erigido como mecanismos legitimadores da exploração capitalista” (ASSIS, 2006 p. 1). Utilizando-se do conceito de campo de Pierre Bourdieu⁴, o autor afirma que existem indefinições no campo ambiental acerca de alguns conceitos - tais como sustentabilidade e impacto ambiental. Este seria, por isto, cenário de lutas simbólicas pela apropriação destes conceitos, de acordo com o as posições dos diversos agentes em disputa.

Nesse contexto, é necessário verificar a força potencial dos meios de comunicação em se tornarem instrumentos de consolidação de um discurso que representa o viés de seus “dirigentes”, não distante de serem representantes dos detentores dos meios de produção. O que entra em questão seria, portanto, a ‘imposição’ de uma sustentabilidade, de uma Gestão Ambiental que não pode ser compartilhada por todos, tampouco compreendida por todos. Nesse contexto, faz-se necessária uma reflexão sobre a possibilidade de alternativas a esta hegemonia, representada pela racionalidade econômica, a globalização neoliberal e pelo capitalismo global. Santos (2006) realiza uma crítica à razão que fundamenta esses processos, a qual chama de Razão Indolente e seria caracterizada por marginalizar outras razões e experiências e por ser imprudente, tanto em relação ao conhecimento produzido, quanto ao futuro.

No sentido crítico de ideologia - tal como o atribuído por Marx para defini-la como ‘falsa consciência’ - esta estaria associada ao exercício de poder, na medida em que idéias e valores que a compõe poderiam ser controlados pelos grupos dominantes, através da prática discursiva e difundidos a fim de, não apenas justificar sua própria conduta, mas para manutenção do *status quo*. Assim, os discursos adquirem papel

⁴ A noção de campo representa para Bourdieu um espaço social de dominação e de conflitos. Cada campo tem uma certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social. Como num jogo de xadrez, o indivíduo age ou joga segundo sua posição social neste espaço delimitado (VASCONCELOS, 2002).

fundamental e os textos produzidos a partir destes servem como objeto de análise das ideologias que os sustentam.

2.1.3.2 Acesso à informação e democracia

Longe de se ignorar a importância dos processos históricos que compõem a questão socioambiental, entende-se que a transição para uma racionalidade ecológica, na perspectiva de mudanças paradigmáticas reais, apenas terá sentido se for considerada a existência de sujeitos e necessidades diversas, em que os primeiros operem uma participação racional, sendo capazes de argumentar e criticar (TASSARA; ARDANS, 2003). Entretanto, isso só é possível em um meio propício, que estimule a formação autônoma e o acesso à informação de qualidade, ou seja, um meio democrático.

Avaliando a perspectiva de Habermas quanto à formação do sujeito e a questão democrática, Neise Deluiz (1995) analisa o desenrolar do sistema capitalista como fornecedor de grandes contribuições para o entendimento da oposição entre a democracia substantiva e a democracia formal. A primeira delas caracterizada pela participação deliberada dos sujeitos, sem coações, tampouco filtragem técnica, o que inclui acesso à informação imparcial. Enquanto a segunda seria o tipo de democracia que encontramos atualmente, a qual ela classifica como inconsistente. Desse modo, o estágio avançado do processo de acumulação de capital, do ponto de vista político, necessita da legitimação popular, sem que se enxergue, entretanto, as contradições intrínsecas deste modelo. Assim, o privatismo cívico⁵ se lança como ferramenta complementar às decisões privadas autônomas para a promoção dessa democracia inconsistente.

Ainda segundo Deluiz (1995), Habermas considera as causas deste problema como processos muito mais profundos, que abarcam o desenvolvimento pleno dos

⁵ Privatismo cívico: “abstinência política combinada com uma orientação para a carreira, o lazer e o consumo, que promove a expectativa de recompensas dentro do sistema: dinheiro, lazer, segurança” (DELUIZ, 1995, p. 1).

sujeitos, da infância à idade adulta, trabalhando a idéia de duas dimensões fundamentais, a do trabalho e a da interação (comunicação). Esta última enfatizando o entendimento intersubjetivo, entre sujeitos capazes de falar e agir.

O debate sobre cidadania, democracia e participação é um dos pontos fundamentais quando a temática ambiental é abordada, visto que vem sendo considerado de extrema relevância para o alcance real de uma sustentabilidade social, e conseqüentemente, da sustentabilidade de forma geral (FOLADORI, 2002; TASSARA; ARDANS, 2003). Alguns discursos da Gestão Ambiental entendem o sucesso desta como fundamentado em processos de participação, integrados e contínuos, correspondentes às demandas sociais e políticas. Entretanto, como assinala Foladori (2002), a participação não se aplica ao mundo das corporações, uma vez que não converge com as leis capitalistas de divisão da riqueza e do trabalho.

Uma sociedade bem instruída e informada é imprescindível para o entendimento da questão ambiental. A população deve exercer efetivamente sua participação nos processos de tomada de decisão, a partir da construção de uma esfera pública, em que relações comunicativas e interações sociais se dêem realmente, operando uma discussão racional acerca dessa problemática. Nesse sentido, o que se deve observar, é se a racionalidade dominante - que orienta a lógica econômica capitalista - acaba por sufocar outras vozes, utilizando-se dos meios de comunicação para difundir uma visão hegemônica acerca da problemática ambiental e suas possíveis soluções. Nessa perspectiva, a sociedade conheceria apenas uma visão parcial do problema, acreditaria nessa "verdade" e não enxergaria meios eficazes e úteis de participar.

Convém salientar, portanto, que os debates sobre a questão ambiental - como sustentabilidade, Gestão Ambiental e outras noções desse campo - precisam ser amplamente entendidos e influenciados pela sociedade civil. Essa premissa implicaria, certamente, em rever os modos como o ambiente é hoje representado pela coletividade. Por fim, o aspecto mais interessante é considerar que a crise ambiental revela a possibilidade de se vislumbrar um momento de transição paradigmática que traz consigo, portanto, a crítica necessária para se caminhar rumo às mudanças.

2.2 Material e método

Tendo este trabalho o objetivo principal de analisar criticamente as mensagens sobre Gestão Ambiental correntes na mídia, procurou-se eleger como fonte de dados um veículo que fosse caracterizado por seu porte e abrangência, e, assim, pudesse representar os discursos usuais sobre o tema na sociedade, de maneira geral. Desta forma, escolheu-se o jornal diário Folha de S. Paulo, dada sua importância entre os veículos de mídia impressa.

Com origens na década de 1920, tendo passado por inúmeras reformulações ao longo do tempo e ocupando, atualmente, posição de destaque, a Folha de S. Paulo aborda assuntos diversos, relacionados à política, economia, esportes, cultura e variedades, no Brasil e no mundo, e pode ser considerado um dos jornais mais influentes do país, ao lado de “O Estado de São Paulo” e de “O Globo”. Tem circulação nacional e a maior tiragem média entre todos os jornais, 309 mil exemplares diários.

A coleta de textos para análise se deu através dos portais de Internet do veículo estudado, que disponibiliza eletronicamente seu conteúdo impresso. Foram selecionados todos os artigos que continham o termo “gestão ambiental”, em um período de doze anos, compreendido entre 01 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2008. A escolha pela procura de artigos que, necessariamente, trouxessem no corpo do texto o termo “gestão ambiental” se deve a necessidade de redução do universo de análise (*corpus*), visto que, recentemente, observa-se a proliferação de textos que podem se relacionar ao tema, sem trazer essa associação de palavras, o que tornaria a pesquisa mais extensa, complexa e sem foco.

A análise consistiu no estabelecimento de aspectos quantitativos por meio de técnicas baseadas na metodologia de Análise de Conteúdo, que deram suporte a análises qualitativas baseadas na Análise de Discurso. Pretendeu-se, assim, traçar paralelos entre os discursos encontrados e o contexto no qual estes se inserem. Esta análise deve elucidar de que forma a Gestão Ambiental vem sendo representada. Ou seja, quais as principais tendências da cobertura e quais aspectos são evidenciados quando o assunto é abordado, como “idéias, valores, preferências, intenções, conceitos

e preconceitos sobre a questão ambiental, manifestados por representantes dos segmentos da sociedade que atuam nos meios de comunicação” (RAMOS, 1995, p. 43). E, por conseguinte, reconhecer nos textos os discursos sociais que os produzem e, conseqüentemente, revelar a ideologia a estes subjacentes.

Segundo Fonseca Júnior (2006), “a Análise de Conteúdo (AC), em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 280). Atualmente é considerada uma das técnicas de pesquisa empírica mais importantes na área das comunicações. Trata-se, fundamentalmente, de uma forma de sistematizar e classificar as informações referentes às mensagens estudadas, neste caso, ao material jornalístico encontrado. Nesse sentido, a análise se deu, principalmente, nos seguintes aspectos: os tipos de matérias encontradas, as fontes de informação consultadas, os atores citados e os temas abordados.

Segundo Manhães (2006), a Análise de Discurso consiste na desconstrução do texto em discursos, de forma a se compreender as vozes que o compõem e como foi montado. Optou-se pela Análise de Discurso da escola francesa, que “caracteriza-se pela ênfase no **assujeitamento** do emissor, que se expressaria mediante a incorporação de discursos sociais já instituídos (MANHÃES, 2006, p. 306). Nessa perspectiva, o discurso é entendido como uma construção social, produzido em um contexto histórico-social. Dessa forma, a Análise de Discurso se refere a um método empírico, amplamente utilizado em pesquisas da área de comunicação, que tem a finalidade de analisar as construções ideológicas presentes em um texto.

2.2.1 Seleção e análise do material encontrado

A procura pelas matérias se deu no portal eletrônico do jornal, por meio de seu sistema de buscas, partindo do ano de 1997, data em que o termo aparece pela primeira vez no sistema eletrônico de pesquisa deste veículo. Posteriormente, foram realizadas novas procuras, chegando, finalmente, a data limite de 2008, na qual se

encerra a pesquisa.

O critério adotado para a seleção de textos consistiu na presença do termo “gestão ambiental” no título, subtítulo da matéria, ou no corpo do texto. Desprezou-se a idéia inicial de realizar a seleção de matérias a partir do estabelecimento de palavras/termos-chaves que se relacionassem ao tema, tais como “administração ambiental”, “administração verde”, “gerenciamento verde”, entre outros tantos, com a finalidade de tornar a pesquisa mais concisa.

Partindo do volume inicial de matérias encontradas, foram descartados os textos em que o termo “gestão ambiental” ocorre meramente em função da designação de cargos, grau de especialização, cursos, departamentos e secretarias, sem que o texto, no entanto, apresentasse relevância para o estudo em questão. Deste modo, procurou-se selecionar somente matérias que possibilitassem transparecer elementos sobre como a Gestão Ambiental é representada.

Assim, nestas matérias consideradas eleitas para análise foram aplicadas técnicas baseadas na metodologia de Análise de Conteúdo, com a finalidade de se verificar os seguintes aspectos quantitativos: tipos de matérias encontradas, fontes de informação consultadas, atores citados e temas abordados.

Ainda sobre o universo de textos escolhidos para análise, o chamado *corpus*, aplicou-se nova leitura, a partir da qual se tornaram mais nítidas as unidades temáticas em que se classificaria todo o material. A delimitação destas unidades e o posterior agrupamento dos textos permitiu observar, em linhas gerais, os principais temas abordados pelo jornal e sua recorrência. Desse modo, estabeleceu-se a *grade de leitura*, composta por unidades temáticas, cada uma delas abarcando subdivisões, as quais foram denominadas índices.

Segundo Ungaretti (1998), tanto as unidades temáticas, quanto seus respectivos índices, devem ser fruto da articulação entre temas da literatura - neste caso, a ambientalista, e temas da leitura inicial do material pesquisado – a qual o autor denomina *leitura flutuante*. Da mesma forma que ambos devem possibilitar que o menor

número de matérias escape a uma leitura, ou seja, não seja passível de categorização. A análise qualitativa mais elaborada, por sua vez, desenvolveu-se a partir dos índices detectados em cada unidade temática.

2.3 Resultados e Discussão

2.3.1 A Folha de S. Paulo

O jornal diário Folha de S. Paulo é a principal publicação da empresa Folha da Manhã S.A., o chamado Grupo Folha. Aborda assuntos diversos, relacionados à política, economia, esportes, cultura e variedades, no Brasil e no mundo, e pode ser considerado um dos jornais mais influentes do país, ao lado de “O Estado de São Paulo” e “O Globo”, tendo ampla circulação, com tiragem média de 309 mil exemplares diários, no ano 2007.

2.3.1.1 Breve histórico da FSP

Sua origem data da década de 1920, a partir da fundação do jornal “Folha da Noite”, em 1921, por Olival Costa e Pedro Cunha. Posteriormente, em 1925, uma edição matutina é lançada, a “Folha da Manhã” e, em 1949, cria-se a “Folha de Tarde”. É pela junção destes três títulos que, em 1960, surge o jornal Folha de S. Paulo, que seria, a partir de 1962, controlado pela família Frias – atual proprietária da empresa Folha da Manhã S.A.

Atualmente, a Folha ocupa o posto de primeiro lugar no ranking de tiragem e circulação entre os jornais brasileiros, com 299 mil exemplares nos dias úteis e 370 mil aos domingos, média de 309 mil exemplares diários, distribuídos nacionalmente. O segundo colocado, o jornal “O Globo”, segue com média diária de 276 mil exemplares, enquanto “O Estado de São Paulo”, jornal tido como grande concorrente, apresenta

230 mil exemplares diariamente, segundo dados auditados pelo Instituto Verificador de Circulação - IVC, em 2007 (BIONDI; CHARÃO, 2008, p. 10).

O crescimento da Folha acentuou-se entre 1984 e 1987, quando sua tiragem média de 120 mil exemplares passou para 200 mil, culminando em 300 mil exemplares em 1990. Segundo informações do próprio Grupo Folha, a consolidação do jornal se deve, fundamentalmente, ao apoio explícito às “Diretas Já”, movimento pela democratização do país que, em 1984, mobilizava grande parte da população, reivindicante por eleições diretas para presidente. Outra cobertura marcante se deu durante o processo de *impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, em 1991 (BIONDI; CHARÃO, 2008, p. 17).

Um aspecto destacado pelo Grupo são as bases deste crescimento: “pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência”, expostas no Projeto Folha, de 1984. Posteriormente, na década de 1990, após uma vigorosa reformulação editorial, que abarcava desde a organização do noticiário em cadernos temáticos à reforma gráfica e colorização, a Folha atinge a média de circulação de 522 mil exemplares aos domingos, tornando-se líder deste segmento. O processo de mudança posto em prática pela Folha introduz a lógica empresarial que orientaria boa parte da imprensa brasileira posteriormente.

O sucesso de vendas da Folha de S. Paulo é também, em parte, explicado pelo prestígio que este veículo alcançou junto à classe média intelectualizada paulistana, na década de 1970, a partir de grandes investimentos em uma imagem moderna e atuante, ligada, principalmente, a eventos de cunho político. Tem-se como exemplo a criação, em 1976, da seção “Tendências/Debates”, espaço destinado a artigos de personalidades políticas e intelectuais em oposição ao regime. A considerável liberdade dada à redação para o posicionamento ideológico, verificada durante regime militar, certamente agradava os setores democráticos da sociedade e diferenciava-a de seu maior concorrente, o jornal “O Estado de São Paulo”, reconhecidamente tradicionalista.

Segundo Biondi e Charão (2008), além do renomado jornal, o Grupo Folha, possui ainda outras publicações importantes, como o jornal “Agora São Paulo” e o “Valor Econômico”, este último lançado em associação com as Organizações Globo, outro gigante do setor da comunicação no Brasil. O sucesso de vendas da FSP, nas últimas décadas, também permitiu que o Grupo Folha alçasse vôos mais audaciosos, como o fornecimento de serviços de Internet (portal e provedor), a partir do ano de 1996. O Universo Online – UOL, qualificado como o primeiro serviço on line de grande porte no país, é hoje um rentável negócio, apresenta um número de assinantes superior a 900 mil e se traduz em um dos maiores faturamentos em publicidade da World Wide Web.

Outros negócios do Grupo Folha incluem agências de notícias (Agência Folha, InvestFolha, FolhaNews), institutos de pesquisas (DataFolha), editoras e gráficas (Plural Editora e Gráfica, Publifolha e Folha Gráfica) e empresas no ramo de distribuição e logística (Transfolha e São Paulo distribuição e Logística). Contudo, informações precisas sobre este grandioso grupo de mídia são escassas. Biondi e Charão (2008) alegam que relatórios de informações financeiras não estão disponíveis para consulta e, em alguns casos, a presença do grupo em rankings de faturamento é omitida.

2.3.1.2 A FSP e a lógica empresarial

Gisela Taschner (1992) apresenta um estudo sobre o grupo Folhas (atual Grupo Folha), investigando o surgimento desta empresa e sua consolidação como um importante conglomerado jornalístico na década de 1980. A autora relaciona esta trajetória ao processo de modernização da imprensa no Brasil e ao contexto histórico no qual este se desenvolve. Nesse sentido é destacado, fundamentalmente, “o longo processo pelo qual a lógica empresarial assegurou seu predomínio sobre os jornais analisados” (TASCHNER, 1992, p. 195). Assim, a história desta empresa é contada e quatro fases distintas são evidenciadas.

A fase inicial remonta a 1921, ano da fundação da Folha da Noite, primeiro título da emergente empresa. Este título é criado a partir da vontade de seus proprietários em “dar expansão aos seus pendores jornalísticos” (TASCHNER, 1992, p.36), porém é, também, fruto da necessidade de obtenção de lucro através desta atividade. Nas palavras de Taschner

As Folhas, desde o nascimento da primeira delas em 1921, foram mercadorias feitas em uma organização estruturada sob forma de empresa. Mas em seus inícios foi uma empresa de capitalistas sem capital, de assalariados sem salários, surgida à base de relações de apadrinhamento, e na qual o próprio objetivo de fazer um jornal para ‘ganhar dinheiro’ não era ainda assumido publicamente por seus proprietários (TASCHNER, 1992, p. 195).

O período em questão é caracterizado pelo ingresso da imprensa brasileira em sua fase industrial, a partir da modernização tecnológica e da diferenciação funcional. Desse modo, a lógica empresarial já aparece na determinação do conteúdo e da forma do jornal, porém, ainda distante de ser considerado fator preponderante. Ou seja, o período de nascimento da Folha é marcado por nova fase do jornalismo no Brasil. No período anterior a este, a imprensa era movida, quase que exclusivamente, por convicções ideológicas e caracterizada por assumir posicionamento nas diversas disputas encampadas em um momento intensamente marcado por transições políticas e econômicas no país. Nesse sentido, essa nova fase rompe com o antigo postulado da preocupação maior com a mensagem veiculada, em detrimento dos aspectos econômicos desta atividade.

A segunda fase, iniciada em 1931, relata o endividamento da empresa e sua posterior aquisição por Alves de Lima, cujo principal interesse em relação aos jornais era a veiculação de mensagens em defesa de um segmento da burguesia cafeeira paulista. Nesta fase, as Folhas podem ser consideradas um jornal de causa, representando os interesses de determinado setor de classe, de modo que o retorno econômico adquire papel secundário para a empresa. Contudo, a lógica da mercadoria também se expressou no período e todo um conjunto de técnicas típicas de jornais de indústria cultural foi absorvido, no intuito de atrair leitores. Esta fase se encerra após quinze anos, quando Alves de Lima anuncia a venda das Folhas, assim como sua retirada das atividades jornalísticas, por considerar sua causa vencida.

A terceira fase tem início em 1945, período de profissionalização do jornalismo no Brasil, no qual é fundada a primeira escola de jornalismo no país e a profissão de jornalista é regulamentada. Neste ano as Folhas passam a ser dirigidas por Nabantino Ramos, cuja personalidade empreendedora e obstinação possibilitaram a organização e o acentuado crescimento das Folhas e, principalmente, a afirmação da lógica empresarial como elemento determinante na concepção dos produtos oferecidos. “Na relação entre os jornais e a empresa, eles passaram a ser definidos como *produtos* da atividade desta, e não como pressupostos de sua existência. A empresa assumia a função de sujeito daqui para a frente” (TASCHNER, 1992, p. 196). Entretanto, o posicionamento editorial assumido pelos jornais tinha como orientação a “defesa do interesse público”, parte da convicção pessoal de Nabantino, que acreditava e transmitia fortemente às redações o que denominava como “missão de imprensa”.

A quarta e última fase destacada, cujo início é datado de 1962, representa o período no qual o comando da empresa é transferido para as famílias Frias e Caldeira e, a partir do desenvolvimento já estruturado desta organização, é dado início à formação do conglomerado. Dessa forma, Taschner pontua alguns fatores que influenciaram a consolidação do Grupo Folha como um dos maiores grupos de mídia brasileiros

Formaram seu império apoiados nessa base prévia, mas também e principalmente no novo contexto inaugurado ao final de nossa industrialização, com o ingresso do país na etapa monopolista do capitalismo, do ponto de vista de seu processo interno de acumulação. Por ser tardio, este ingresso fez-se fortemente ancorado no Estado e no capital estrangeiro. Além disso, deu-se nos quadros de um regime político autoritário. Nesse contexto afirmaram-se as bases para o desenvolvimento da indústria cultural, e dele Frias e Caldeira procuraram tirar o maior proveito possível; colheram frutos da recessão de início dos anos 60, comprando empresas que ela tinha ajudado a enfraquecer; valeram-se das facilidades oferecidas pelo governo e mesmo por agências internacionais, aqui instaladas em função de nossos nexos com o capitalismo norte-americano, para renovar e ampliar sua capacidade produtiva; beneficiaram-se da propaganda de um regime autoritário, assim como dos anúncios das multinacionais e, eventualmente, do aumento da escolaridade promovida pelo Estado (TASCHNER, 1992, p. 197).

Assim, toda uma estratégia de crescimento foi implementada e seus impactos se refletiram, certamente, no aumento da competitividade dos produtos, através da redução de custos de produção alcançada por mudanças tecnológicas, bem como

possibilitaram a expansão do mercado de leitores e anunciantes. Aspectos da produção da indústria cultural se estenderam também às redações, que passaram a sofrer a interferência de controles rígidos e onde o trabalho adquiriu características de extrema especialização. Dessa forma, segundo Taschner (1992) foram destruídas as idéias restantes sobre a “missão da imprensa” neste jornal e a orientação mercadológica prevaleceu como instância exclusiva e determinante para a elaboração dos produtos desta empresa e confecção das mensagens nos jornais.

Para José Arbex Júnior (2001), a estratégia empresarial e editorial adotada pelo jornal, explicitada pelo “Projeto Folha, sinteticamente, significou a adoção do discurso-para-o-mercado” (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 141). Fato que, em última análise, exigiria a despolitização dos profissionais da área, contrariando, portanto, a imagem positiva que o jornal alcançou na década de 1970, que se valia, justamente, do elevado grau de politização dos jornalistas e articulistas publicados.

O mesmo autor menciona a alta taxa de rotatividade de profissionais na redação do jornal, argumentando que este fato se deve às pressões decorrentes da implantação do projeto editorial e a forma incisiva com que se buscava atingir as mudanças propostas. Desse modo, ele relata que, em 1984, a taxa de *turn-over* era equivalente a 44%, chegando a 55% em 1986, números considerados demasiadamente elevados.

Ainda para Arbex Júnior (2001), a perspectiva adotada pela Folha de S. Paulo no processo de democratização do país não passou de uma abordagem conveniente e vendável, tendo em vista o previsível apoio popular dado ao movimento.

2.3.1.3 Descrição dos cadernos e suplementos

A Folha de S. Paulo apresenta, atualmente, nove cadernos diários, quinze suplementos publicados semanalmente, e três revistas. Estas seções serão, a seguir, descritas brevemente, tendo por base informações oriundas do site do jornal e complementadas pelo serviço de *ombudsman*, a ouvidoria da Folha.

Cadernos diários:

O caderno Opinião, de circulação nacional, não consta na descrição das seções elaboradas pelo jornal, entretanto, apresenta circulação diária e enorme importância para este veículo, ao agrupar os seguintes segmentos: Editoriais, Tendências/Debates, Painel do Leitor e Erramos. Nestes, encontram-se colunas periodicamente destinadas a articulistas da redação, artigos de pessoas célebres e cartas de leitores.

No caderno seguinte, Brasil, as atualizações diárias da política nacional e a cobertura sobre acontecimentos sociais de média e grande escala são apresentadas, segundo o jornal, para informar a população e, assim, possibilitar o exercício da cidadania.

O caderno Mundo, sob os mesmos moldes e com a mesma função do caderno Brasil, busca informar o leitor sobre a política e acontecimentos sociais internacionais. Observa-se, contudo, que em seu conteúdo prevalecem assuntos de guerra, normalmente confrontos decorrentes de disparidades étnicas e culturais.

Um apanhado grosseiro, não aleatório, que privilegia a divulgação de pesquisas com caráter “futurista” é publicado no caderno Ciência. Seu universo é tanto nacional, como internacional e focado nas recentes publicações.

O caderno Cotidiano faz a cobertura das principais capitais do país, trazendo informações diárias sobre assuntos recorrentes que despertam a atenção do leitor (violência, segurança, loteria, entre outros). Além destes assuntos, neste caderno é aberto espaço para os temas educação, direito do consumidor e são prestados serviços de informação sobre trânsito, meteorologia e saúde.

O caderno Dinheiro tem como tema chave a conjuntura econômica brasileira e internacional, trazendo informações sobre o cenário, apresentando indicadores econômicos e orientando quanto a investimentos.

O caderno mais popular do periódico tem o esporte como assunto, abordando-o sob diversos aspectos - espetáculo, fenômeno empresarial, legislação, moda, *marketing*, entre outros – e destina a grande maioria de seu espaço ao futebol.

Ilustrada: tem a cultura, o entretenimento e, também, a vida de celebridades e outras banalidades como assuntos principais.

Algumas informações sobre o tratamento dado à circulação de notícias regionais foram obtidas por meio de consulta ao serviço de *ombudsman* do jornal. Atualmente, há apenas um caderno regional, a Folha Ribeirão, com periodicidade diária. Nas regiões de Campinas e do Vale do Paraíba as notícias regionais são reportadas em seções especiais no caderno Cotidiano, sem que haja, portanto, cadernos independentes específicos para ambas. Deste modo, estas seções do caderno circulam com os selos Folha Campinas e Folha Vale, respectivamente. Os cadernos regionais (Folha Ribeirão e Folha Campinas) foram criados em 1991, entretanto, o caderno específico criado para a região de Campinas foi extinto em 2004.

Suplementos semanais:

Aos domingos, a Folha de S. Paulo publica os suplementos Mais!, Revista da Folha, Veículos, Construção, Empregos, Negócio e Imóveis. Às quartas-feiras é publicado o suplemento Informática. A seção Equilíbrio circula às quintas-feiras, juntamente com o suplemento Turismo. A Folhinha aos sábados, Folhateen às segundas-feiras e o Guia da Folha às sextas-feiras.

Somam-se, ainda, aos suplementos semanais apresentados pelo jornal outros dois: Vitrine e Fovest. O suplemento Vitrine circula aos sábados e aborda assuntos relativos a comportamento e consumo. A seção Fovest, por sua vez, circula às terças-feiras, porém, em dois momentos distintos: entre os meses de novembro e março e, posteriormente, entre junho e agosto, épocas relacionadas ao seu tema principal, o vestibular.

Revistas:

O jornal publica ainda três revistas: Serafina, Morar e Moda, a primeira delas circula nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e apresenta periodicidade bimestral. As revistas Morar e Moda são trimestrais, mas não há datas definidas, pois dependem de acordos comerciais para publicação.

Ao longo desta pesquisa, outros três suplementos foram identificados, o Sinapse, dedicado aos temas educação, responsabilidade social e desenvolvimento intelectual, publicado semanalmente entre julho de 2002 e novembro de 2005, data em que foi extinto. O suplemento Agrofolha, publicado semanalmente, às terças-feiras, e vinculado ao caderno Dinheiro e o suplemento Especial, que pode estar relacionado a qualquer editorial e não tem periodicidade definida. Nesta pesquisa todos foram considerados como suplementos semanais.

2.3.2 Análises quantitativas

A partir da busca realizada através do portal eletrônico da Folha de S. Paulo, foi encontrado um total de 283 textos, no período delimitado entre janeiro de 1997 a dezembro de 2008. Desprezou-se 92 matérias, por estas se repetirem ou apresentarem o termo “gestão ambiental” apenas designando cargo, grau de especialização, cursos, departamentos e secretarias, com conteúdo pouco expressivo para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa. A distribuição das ocorrências totais do termo “gestão ambiental”, ao longo do período, está expressa a seguir (tabela 1):

Tabela 1 - Total de ocorrências do termo “gestão ambiental”

| Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| 1997 | - | - | 03 | - | - | - | - | 02 | 01 | 03 | 01 | - | 10 |
| 1998 | - | 01 | 01 | - | 03 | 02 | - | 02 | - | - | - | 01 | 10 |
| 1999 | 02 | 02 | 04 | 06 | 02 | 07 | - | 07 | 02 | 04 | 01 | 01 | 38 |
| 2000 | 08 | 01 | - | 02 | 03 | 05 | 02 | 10 | - | 04 | 02 | 04 | 41 |
| 2001 | 01 | 01 | 08 | - | 02 | 02 | 04 | 02 | - | 02 | 03 | 02 | 27 |
| 2002 | 02 | - | 01 | 03 | 01 | 03 | 01 | 01 | 01 | - | 02 | 01 | 16 |
| 2003 | 02 | 03 | - | 01 | - | 03 | - | 01 | 03 | 02 | - | 02 | 17 |
| 2004 | 01 | 02 | 03 | 02 | 03 | 02 | 05 | 01 | 01 | 04 | 02 | - | 26 |
| 2005 | 01 | 04 | 12 | 01 | 02 | 01 | - | 01 | - | 01 | 04 | 02 | 29 |
| 2006 | 02 | 02 | - | 01 | - | - | 01 | - | 04 | 02 | 01 | 01 | 14 |
| 2007 | 02 | 02 | 01 | 05 | 03 | 01 | 03 | - | 06 | 02 | 01 | 04 | 30 |
| 2008 | 01 | 01 | 02 | 01 | 01 | 06 | 01 | 03 | 01 | 04 | 03 | 01 | 25 |
| Total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 283 |

O volume de textos descartados para esta pesquisa representa aproximadamente 32,5% do total. Conforme mencionado anteriormente, estas matérias apresentaram o termo “gestão ambiental” no corpo do texto, porém, sem que o conteúdo abordado apresentasse alguma conexão com os objetivos deste trabalho.

Alguns casos de exclusão de matérias, entretanto, merecem certa atenção, por serem recorrentes. Por exemplo, o elevado número de textos que tratavam da criação e da inauguração de uma nova unidade da Universidade de São Paulo, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a chamada “USP Leste”, nos anos de 2004 e 2005. Estas matérias citavam a Gestão Ambiental como um dos cursos a serem implantados nesta unidade, sem, no entanto, fazer algum tipo de menção específica ao assunto. Outro caso interessante, são as matérias sobre vestibular, vagas e resultados que, entre tantos cursos de ensino superior, traziam o de Gestão Ambiental. Outra utilização recorrente do termo foi encontrada no caderno regional diário Folha Ribeirão, em matérias que citavam o Departamento de Gestão Ambiental ou a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Ambiental da cidade de Ribeirão Preto em abordagens em nada relacionadas ao tema.

Assim, após a filtragem inicial dos textos quanto à pertinência para esta pesquisa, o volume total de matérias com a ocorrência do termo “gestão ambiental”

considerada válida foi igual a 191, com a distribuição ao longo do período expressa a seguir (tabela 2):

Tabela 2 – Ocorrências válidas do termo “gestão ambiental”

| Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| 1997 | - | - | 03 | - | - | - | - | 02 | 01 | 02 | 01 | - | 09 |
| 1998 | - | 01 | 01 | - | 03 | 01 | - | 02 | - | - | - | 01 | 09 |
| 1999 | 01 | 02 | 04 | 03 | 01 | 03 | - | 04 | 02 | 01 | 01 | 01 | 23 |
| 2000 | 08 | 01 | - | - | 03 | - | 01 | 10 | - | 02 | 02 | 02 | 29 |
| 2001 | 01 | - | 08 | - | 01 | 02 | 01 | 02 | - | 01 | 02 | 01 | 19 |
| 2002 | - | - | 01 | 01 | - | 03 | 01 | 01 | 01 | - | 02 | 01 | 11 |
| 2003 | 02 | 03 | - | 01 | - | 03 | - | 01 | 02 | 02 | - | 01 | 15 |
| 2004 | - | - | - | 02 | - | 02 | 03 | 01 | 01 | 02 | 01 | - | 12 |
| 2005 | 01 | 01 | 08 | 01 | 01 | - | - | 01 | - | 01 | 01 | 01 | 16 |
| 2006 | 01 | 02 | - | 01 | - | - | - | - | 04 | 01 | - | 01 | 10 |
| 2007 | - | 01 | 01 | 03 | 01 | 01 | 02 | - | 05 | 01 | 01 | 04 | 20 |
| 2008 | 01 | - | 01 | - | 01 | 04 | 01 | 03 | 01 | 03 | 02 | 01 | 18 |
| Total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 191 |

De acordo com o exposto na tabela acima, a cada ano pesquisado, os valores totais de matérias apresentaram discretas variações, tendendo ao crescimento no decorrer do período, exceto pelos anos de 1999 e 2000, em que foram observados aumentos mais expressivos no número de ocorrências. A distribuição das matérias, no decorrer do período pesquisado, pode ser evidenciada pelo gráfico a seguir (figura 1):

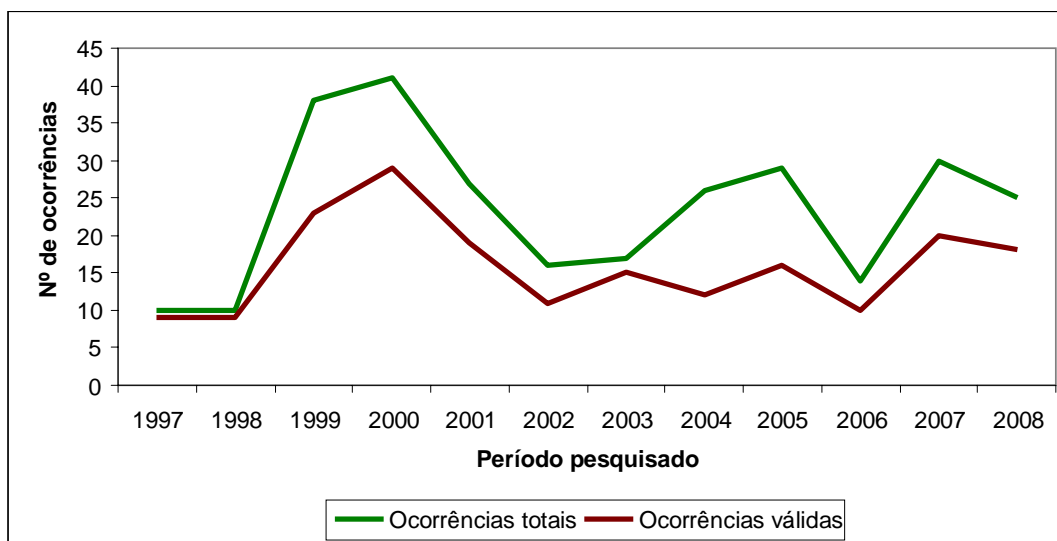


Figura 1 – Ocorrências totais e ocorrências válidas do termo "gestão ambiental" no período pesquisado

Assim, sobre as ocorrências consideradas válidas, no ano de 1999, o volume maior de matérias se deve a proliferação de notícias e reportagens que abordavam problemas relacionados às enchentes, além de matérias que tratavam da reabertura do Bosque Municipal Fábio Barreto e dos desdobramentos desta inauguração. Tais matérias faziam referência à atuação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto e foram publicadas no caderno destinado à cobertura da cidade.

O número elevado de matérias, em 2000, se deve em parte, novamente, às matérias publicadas no caderno Folha Ribeirão, sobre os problemas decorrentes do período de chuvas. Outro assunto recorrente neste ano está relacionado aos acidentes envolvendo a Petrobrás, nos meses de janeiro e julho e seus desdobramentos. No primeiro acidente, o rompimento de um duto da Refinaria Duque de Caxias resultou no vazamento de 1,3 milhões de litros de óleo *in natura* na Baía de Guanabara. No segundo, quatro milhões de litros de óleo foram despejados no rio Iguaçu, na região de Araucária, Paraná, após problemas nas tubulações da Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Como resultado, a Petrobrás criou o Programa de Excelência de Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso). A repercussão destes eventos refletiu no incremento do número de matérias jornalísticas no período.

As 191 matérias selecionadas para análise encontraram-se publicadas nas diferentes seções da Folha de S. Paulo, nos cadernos diários e nos suplementos semanais, obedecendo à distribuição expressa a seguir (tabela 3) e explicitada pelo gráfico (figura 2):

Tabela 3 – Distribuição das ocorrências válidas do termo “gestão ambiental” nos cadernos diários e nos suplementos semanais

| Seções | N° de ocorrências | % |
|----------------------|--------------------------|-------------|
| Cadernos | | |
| Cotidiano | 44 | 23,04% |
| Dinheiro | 38 | 19,90% |
| Ribeirão | 22 | 11,52% |
| Opinião | 13 | 6,81% |
| Brasil | 09 | 4,71% |
| Ciência | 07 | 3,66% |
| Ilustrada | 04 | 2,09% |
| Campinas* | 02 | 1,05% |
| Vale* | 02 | 1,05% |
| Mundo | 01 | 0,52% |
| Esporte | - | - |
| Subtotal cadernos | 142 | 74,35% |
| Suplementos | | |
| Empregos | 13 | 6,81% |
| Especial | 07 | 3,66% |
| Negócios | 07 | 3,66% |
| Folha teen | 05 | 2,62% |
| Turismo | 05 | 2,62% |
| Fovest | 03 | 1,58% |
| Imóveis | 02 | 1,05% |
| Vitrine | 02 | 1,05% |
| Agrofolha | 01 | 0,52% |
| Equilíbrio | 01 | 0,52% |
| Mais! | 01 | 0,52% |
| Sinapse | 01 | 0,52% |
| Veículos | 01 | 0,52% |
| Construção | - | - |
| Folhinha | - | - |
| Guia da Folha | - | - |
| Informática | - | - |
| Revista da Folha | - | - |
| Subtotal suplementos | 49 | 25,65% |
| Total | 191 | 100% |

Nota: * Segmentos regionais com circulação diária, compõem o caderno Cotidiano

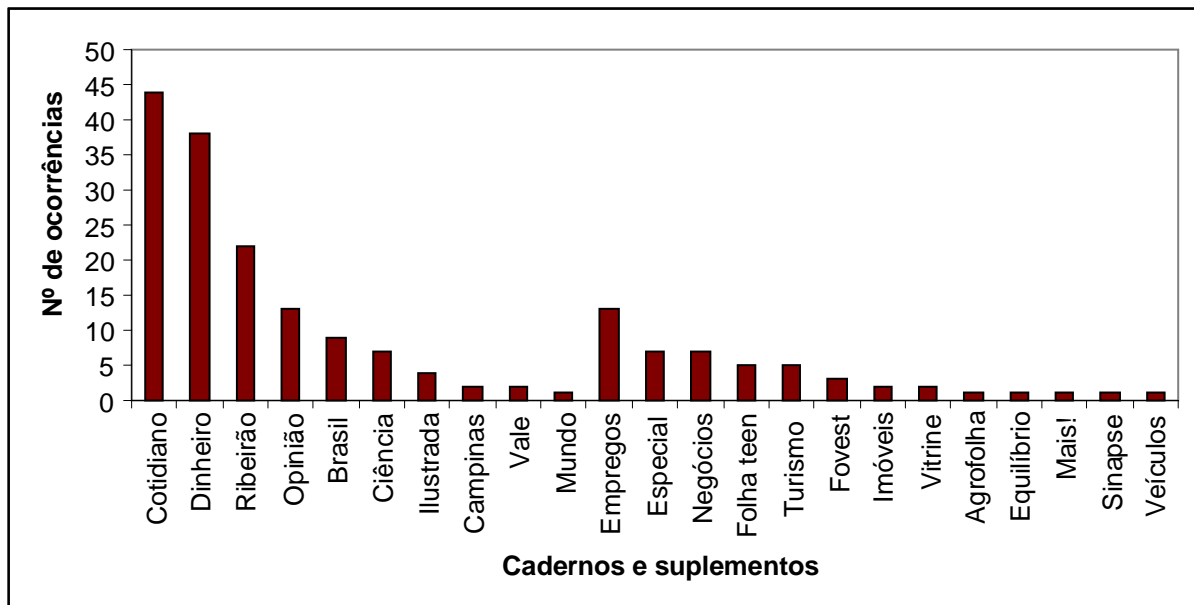


Figura 2 – Distribuição das ocorrências válidas do termo “gestão ambiental” nos cadernos diários e nos suplementos semanais

As matérias encontradas nos cadernos diários da Folha de S. Paulo representam 74,35% do total de textos com ocorrências consideradas válidas do termo “gestão ambiental”, enquanto as publicadas em suplementos semanais somam 25,65% deste total. A periodicidade de circulação destes dois tipos de seção explica o volume maior de matérias nos cadernos, uma vez que são editados diariamente. Contudo, caso a análise se voltasse à comparação igualitária entre seções diárias e semanais, perceber-se-ia o predomínio de matérias nos espaços de circulação semanal. Esta especificidade, contudo, foi ignorada nas análises individuais de cada seção.

O caderno **Cotidiano**, cuja proposta é realizar a cobertura dos fatos noticiosos das principais capitais do país, sobre segurança, educação e saúde, entre outras, concentrou o maior número das matérias selecionadas, com 44 ocorrências, representando 23,04% do total. No caderno **Folha Ribeirão**, que tem proposta semelhante à do caderno Cotidiano, porém concentra sua cobertura na cidade de Ribeirão Preto e região, verificou-se a ocorrência de 22 textos, ou seja, 11,52% do montante de matérias. Ainda em relação às páginas dedicadas à cobertura das questões cotidianas regionais, verificou-se a ocorrência de duas (02) matérias na seção

Folha Campinas e outras duas (02) na **Folha Vale**, cada uma representando 1,05% do total de matérias. Assim, nas páginas dedicadas a reportar informações do dia-a-dia e do cenário político no âmbito regional (cadernos Cotidiano, Folha Ribeirão, Folha Campinas e Folha Vale), foram encontradas 33,66% das matérias.

O caderno **Dinheiro**, que aborda questões econômicas e do mundo dos negócios, abrangeu 19,9% do total de matérias válidas, somando 38 textos. Enquanto o suplemento semanal **Negócios**, que compartilha características comuns ao anterior, embora na perspectiva de orientar o leitor/empreendedor, ofereceu sete (07), ou seja, 3,66%. Desta forma, o total de matérias oriundas das seções de apelo mercantil soma 23,56%, valor que pode ser considerado elevado, dada sua especificidade frente à abrangência da noção de Gestão Ambiental.

No caderno **Opinião**, responsável pelas seções de caráter opinativo deste veículo, tais como editorial, colunas e artigos, em que o objetivo é fornecer análises dos acontecimentos e fomentar a formação de opinião dos leitores, verificou-se a existência de 13 textos, ou seja, 6,81% do total.

No primeiro caderno, intitulado **Brasil**, onde são publicadas, sobretudo, informações sobre a cena política do país e outras notícias referentes às instituições e movimentos sociais, foram encontradas nove (09) matérias, que representam 4,71% do volume total.

Por sua vez, o caderno **Ciência**, que apresenta pesquisas e descobertas científicas recentes em diversas áreas do conhecimento, forneceu sete (07) matérias ao longo do período analisado, ou 3,66% do total. O período avaliado nesta pesquisa é de extrema relevância para a questão ambiental, uma vez que abrange anos em que foram publicados alguns dos relatórios sobre mudanças climáticas do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Como conseqüência, observou-se, a partir de 2006, o aumento de publicações de matérias nesta temática na mídia em geral, mas, principalmente nos espaços destinados à abordagem dos aspectos científicos desta questão. Entretanto, quando se trata de fazer referência à Gestão Ambiental relacionada às alterações do clima, neste caderno, o termo aparece apenas uma vez.

Sobre as outras matérias encontradas neste caderno, duas (02) são notas para lançamentos de livros, duas (02) reportagens tratam sobre dados estatísticos do IBGE, uma (01) aborda os impactos da construção do Rodoanel e a restante questiona a postura “verde” do governador do estado de Mato Grosso.

O caderno **Ilustrada**, que se dedica à cobertura de temas relacionados à cultura e ao entretenimento, ofereceu 2,09% dos textos, com um total de quatro (04) matérias, definidas como notas sobre lançamento de livro e empreendimento de celebridade, e reportagens sobre programa de televisão e passeio cultural.

Quanto ao caderno **Mundo**, espaço destinado às notícias internacionais, principalmente as de cunho político, este apresentou apenas uma (01) matéria, o que corresponde a 0,52% do total dos textos com ocorrências consideradas válidas do termo “gestão ambiental” nesta pesquisa. Em relação a este dado, observou-se que, no âmbito internacional, assuntos relacionados à Gestão Ambiental são abordados basicamente sob o aspecto da iniciativa privada, enquanto muito pouco é mencionado sobre políticas públicas internacionais.

No suplemento **Empregos**, cuja proposta é oferecer reportagens e serviços relacionados ao mercado profissional, tais como sugestões de aperfeiçoamento pessoal, oportunidade de emprego, cursos e bolsas de estudo, encontrou-se 13 matérias, o que equivale a, 6,81% do total. O suplemento **Fovest**, que circula semanalmente nos períodos novembro - março e junho - agosto, e cujo tema principal é o vestibular e assuntos a este relacionados, como as opções de carreira e de cursos superiores, apresentou três (03) matérias, o que corresponde a 1,57% do total. Dessa forma, nas seções formalmente destinadas a temas como formação e atuação profissional, foram encontrados 8,38%% do total de matérias pesquisadas.

Especialização e empregabilidade foram, porém, assuntos recorrentes em outras seções do jornal. No suplemento **Folhateen**, voltado ao interesse do público adolescente em assuntos relacionados à cultura, sexo, entretenimento e comportamento, verificou-se a existência de cinco (05) matérias que continham o termo

“gestão ambiental”, todas tratando das possibilidades de formação e atuação profissional na área ambiental, representando, assim, 2,62% do volume total de textos.

Ainda nesse sentido, cinco (05) dos textos encontrados no suplemento **Especial** pertencem a edições especiais também destinadas aos temas formação e mercado profissional. Esta seção, cuja periodicidade não é constante, pode apresentar reportagens sobre temas diversos e se relacionar a qualquer editorial do jornal. O valor total de matérias encontradas foi igual a sete (07), representando 3,66% do total de textos. Das duas (02) matérias restantes, uma compõe uma série de reportagens sobre a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), ocorrida em 2002, enquanto a outra faz parte de um especial sobre o 50 anos da Petrobrás, completados em 2003.

No suplemento **Turismo**, cujo mote é publicar reportagens indicando destinos turísticos e oferecer opções de hospedagem e lazer, cinco (05) textos foram encontrados, o que corresponde a 2,62% das 191 matérias analisadas nesta pesquisa.

No suplemento **Imóveis**, seção em que são abordados assuntos diversos ligados ao mercado imobiliário, foram encontrados dois (02) textos, ou seja, 1,05% do total de matérias, uma tratando sobre a degradação de mananciais em decorrência de ocupação irregular, enquanto a outra versa sobre os impactos da construção do Rodoanel.

O suplemento **Vitrine**, voltado ao mundo do consumo, publica reportagens com dicas e roteiros de compras, nas áreas de moda, decoração, tecnologia, alimentação, entre outras. Possui uma seção para responder a dúvidas dos leitores quanto ao chamado “consumo consciente”, seção em que se verificou a ocorrência de uma matéria, das duas (02) encontradas no suplemento, as quais correspondem a 1,05% do total de 191 textos.

Em cada um dos suplementos semanais, indicados a seguir, apenas uma (01) ocorrência foi verificada, cada qual representando 0,52% do total:

No suplemento **Agrofolha**, que aborda questões sobre agropecuária e agronegócio, a matéria encontrada refere-se a uma (01) nota sobre o lançamento de um livro sobre a cultura do eucalipto. Neste sentido, esta pesquisa permitiu observar que impera certo desinteresse em se publicar matérias que evidenciem aspectos ambientais no *agribusiness*, de modo que apenas duas matérias, de um total de 191, tratavam deste tema (artigo encontrado no caderno Dinheiro e reportagem sobre a postura “verde” de Blairo Maggi no caderno Ciência).

O texto encontrado no suplemento **Mais!**, destinado às humanidades em geral, com abordagens sobre literatura, sociologia, filosofia e artes, também dedica-se ao lançamento de um livro. No suplemento **Equilíbrio**, cujos assuntos são saúde e qualidade de vida, a matéria encontrada apresenta um “guia do consumo ético”, na tentativa de ajudar o consumidor a observar alguns requisitos, como selos socioambientais, na hora de optar por algum produto.

No suplemento **Sinapse**, destinado aos temas responsabilidade social, educação e desenvolvimento intelectual, o texto encontrado versa sobre os refugiados ambientais. Já na seção **Veículos**, que presta serviços ao leitor por tratar-se de uma fonte de consulta sobre preços, manutenção, legislação e novidades da indústria automobilística, o mote foi as “iniciativas verdes” das montadoras.

Nenhuma ocorrência do termo “gestão ambiental” foi encontrada no caderno diário **Esporte**, assim como nos suplemento semanais **Construção**, **Folhinha**, **Guia da Folha**, **Informática** e **Revista da Folha**, e nas revistas regulares **Serafina**, **Morar** e **Moda**.

2.3.2.1 Os tipos das matérias

O formato impresso de um jornal facilita a organização das matérias através de cadernos específicos para determinados assuntos e, algumas vezes, direciona o gênero jornalístico empregado, ou seja, define determinados tipos de narrativas a se utilizar.

Exemplo disto é a presença mais acentuada de textos opinativos, tais como editoriais, artigos e colunas no caderno principal, e um volume maior de matérias de caráter informativo, como notícias e reportagens, em cadernos cujo mote é retratar o dia-a-dia, trazendo informações atualizadas e novidades, atraindo, desta forma, o interesse do público leitor.

Entretanto, nem sempre o gênero jornalístico empregado nas matérias, nas diversas páginas do jornal, irá obedecer rigorosamente tal organização. Deste modo, buscou-se analisar as matérias encontradas nesta pesquisa, identificando a linguagem jornalística utilizada, de modo a enquadrá-las em uma classificação quanto aos possíveis gêneros empregados, a seguir definidos:

Dos gêneros de caráter informativo, encontraram-se os seguintes grupos de classificação: reportagem, notícia, entrevista e nota. Segundo Felipe Franceschini (2004), notícias e reportagens são termos, muitas vezes, utilizados indistintamente, por possuírem diferenças bastante tênues entre si, o que traz alguma dificuldade na categorização. Porém, pertencem a distintos gêneros de textos jornalísticos. Este sentido equivalente que lhes é atribuído se deve ao fato de ambos possuírem caráter informativo, o que, em tese, confere aos seus conteúdos imparcialidade. Os dois gêneros são os mais utilizados para atrair a atenção do público leitor, dado que possuem relação com a expressão da novidade, da revelação, da apuração, ao contrário do que ocorre com textos opinativos, muitas vezes ignorados pelo grande público. Estabeleceu-se, contudo, algumas características essenciais que auxiliaram na diferenciação destes dois gêneros.

Desta forma, definiu-se **notícia** segundo critérios de conteúdo e de forma, ou seja, a notícia deve apresentar um fato novo, retratar objetiva e imparcialmente um acontecimento recente e divulgá-lo de maneira imediata, características estas que suscitam interesse. Sob o aspecto da forma, este gênero obedece a técnicas para sua produção, tais como presença do *lead* (resposta às perguntas: “O quê?”, “Quem?”, “Quando?”, “Como?” “Onde?” e “Por quê?”), a exposição dos fatos em ordenação decrescente de importância e expressão de opinião presente unicamente nos relatos

das fontes consultadas. Quanto à utilização de verbos, predomina o pretérito perfeito como tempo verbal e a escrita impessoal (3ª pessoa do singular), que exprime distância do observador e torna o relato mais objetivo.

A **reportagem**, apesar de usualmente obedecer às mesmas técnicas de produção de notícias, difere destas em alguns aspectos, como a maior liberdade na linguagem utilizada, assim como em relação ao conteúdo expresso. Isto porque a reportagem não se atém, exclusivamente, a relatar um fato, mas busca agregar novas informações, de modo a contextualizar o ocorrido, expondo causas, conseqüências e interpretações. Outra diferença marcante em relação à notícia se deve a importância da temporalidade na divulgação da matéria. Enquanto a notícia tem caráter imediato, a publicação de determinado assunto em uma reportagem dependerá, muitas vezes, da vontade do veículo de comunicação, à medida que este compreende a pertinência da divulgação de dado assunto, inclusive junto aos anunciantes, e o interesse que este pode despertar no público leitor.

Foram consideradas **notas** as matérias de tamanho reduzido, destinadas a fornecer alguns dados sobre fatos noticiosos, sem que possam ser classificadas como notícias pela forma truncada de disponibilizar as informações.

As **entrevistas** correspondem às matérias cujo objetivo é expor no texto as declarações de um sujeito ao responder às perguntas propostas pelo jornalista, explicitando perguntas e respostas.

Dentre os formatos marcados pelo caráter opinativo, encontrou-se o editorial, a coluna e o artigo. Todos estes exprimem, em distintos graus, a opinião de seus autores, sejam estes colunistas, articulistas ou o próprio veículo de comunicação, no caso do editorial. Como textos destinados à audiência do público leitor, podem também ter a função de informar, porém, fogem das noções de imparcialidade e objetividade destacadas pelo jornalismo e imprimem, implícita ou explicitamente, juízo de valor e conclusões pessoais, com o objetivo de contribuir para a formação de opinião dos leitores.

O **artigo** é um texto elaborado e assinado geralmente por um especialista de determinada área, que pode ser um colaborador do jornal ou um convidado, quase nunca um jornalista, o qual irá tecer a análise de um episódio em si ou de uma série de fatos, relacionando-os, possivelmente, à conjuntura de sua especialidade, de acordo com seu arcabouço intelectual e sua perspectiva.

A **coluna** é o espaço dedicado à exposição de fatos e informações, muitas vezes exclusivos, dos bastidores ao qual esta seção se destina a cobrir, complementada com comentários e com a expressão de posições pessoais em relação a tais assuntos, muito embora exista a tendência de se denominar colunas jornalísticas as seções com assuntos e autores fixos de um veículo de comunicação impresso.

O **editorial**, por sua vez, não possui assinatura individual por se tratar de um texto que exprime a opinião do jornal, o que se traduz na manifestação da ideologia dos dirigentes da empresa de comunicação que o publica. Este é o gênero jornalístico no qual a imparcialidade e a objetividade dão lugar a um trabalho argumentativo, cujo propósito é defender um ponto de vista na busca pelo convencimento do público leitor.

Por fim, algumas matérias foram classificadas como **cartas**, quando correspondem aos textos encontrados nas seções em que são publicados comentários e opiniões de leitores, ou ainda perguntas e dúvidas do público leitor endereçadas ao jornal, bem como as respostas do veículo a estas questões.

Considerando, portanto, a linguagem jornalística utilizada, as matérias foram enquadradas na classificação quanto aos possíveis gêneros empregados, acima descrita, obedecendo à seguinte distribuição:

Tabela 4 – Distribuição dos tipos de matérias no período pesquisado

| Ano | Reportagem | Notícia | Nota | Entrevista | Artigo | Coluna | Editorial | Carta | Total |
|--------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|------------------|--------------|--------------|
| 1997 | 05 | 01 | - | - | 03 | - | - | - | 09 |
| 1998 | 07 | 01 | - | - | - | - | - | 01 | 09 |
| 1999 | 12 | 04 | 03 | 01 | 02 | - | - | 01 | 23 |
| 2000 | 19 | 02 | 06 | - | 01 | 01 | - | - | 29 |
| 2001 | 13 | 01 | 03 | 01 | - | - | - | 01 | 19 |
| 2002 | 06 | - | 04 | - | 01 | - | - | - | 11 |
| 2003 | 08 | 02 | 01 | 01 | 03 | - | - | - | 15 |
| 2004 | 08 | 02 | 01 | - | - | - | - | 01 | 12 |
| 2005 | 10 | 02 | 03 | - | 01 | - | - | - | 16 |
| 2006 | 05 | - | 03 | - | 01 | - | 01 | - | 10 |
| 2007 | 13 | 04 | 03 | - | - | - | - | - | 20 |
| 2008 | 08 | 03 | 04 | - | 01 | 02 | - | - | 18 |
| Total | 114 | 22 | 31 | 03 | 13 | 03 | 01 | 04 | 191 |
| % | 59,69% | 11,52% | 16,23% | 1,57% | 6,81% | 1,57% | 0,52% | 2,09% | 100% |

Do total de matérias encontradas, as que apresentam caráter informativo (reportagem, notícia, nota e entrevista) representam 89,01%, enquanto as de caráter opinativo (artigo, coluna e editorial) correspondem a 8,9%. As cartas, por sua vez, representam 2,09% do total. As diferenças encontradas nos valores totais de cada um dos tipos de matérias correspondem, de certo modo, aos diferentes espaços reservados a cada gênero neste tipo de jornal. Desse modo, esperava-se encontrar valores pequenos para cartas e editoriais, e valores altos para reportagens e notícias, por exemplo. Contudo, nesta análise se observou a incidência elevada de notas (grande parte destas publicadas no caderno Dinheiro), gênero que, em geral, ocupa espaço reduzido no jornal como um todo, tal como evidenciado, a seguir, no gráfico (figura 3):

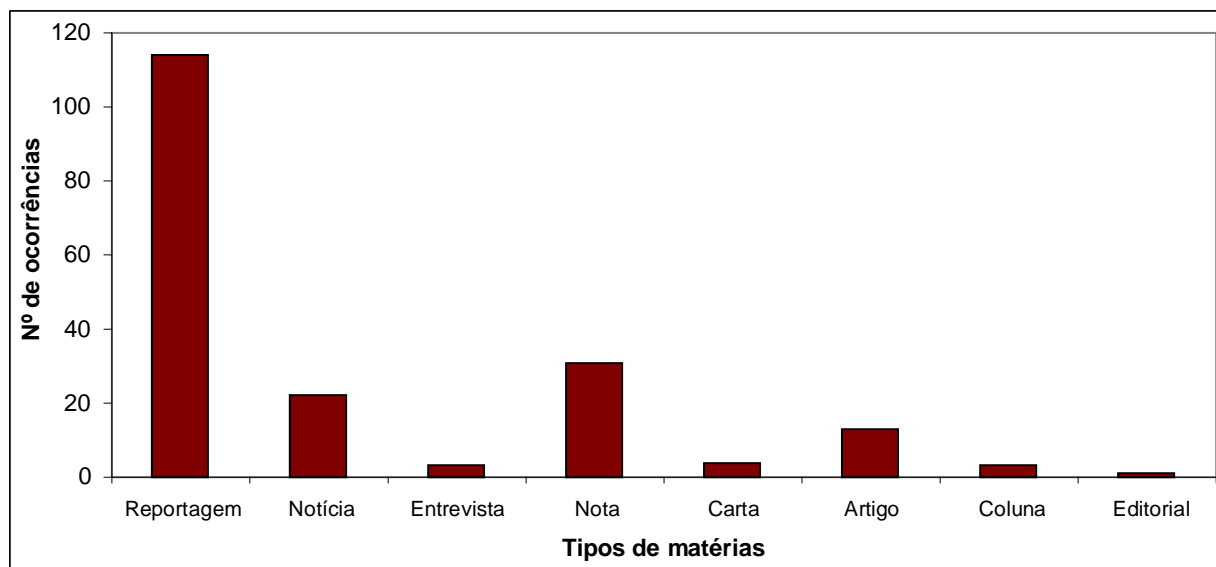


Figura 3 – Distribuição dos tipos de matérias encontradas

A **reportagem** foi o gênero jornalístico mais empregado quando se utiliza o termo “gestão ambiental”, abrangendo o total de 114 ocorrências e representando 59,69% do total da amostra. O gênero reportagem foi o que teve a maior distribuição entre cadernos e suplementos da Folha de S. Paulo que assinalaram algum registro do termo. Assim, das 23 seções relacionadas, só não se obteve registro de reportagens em quatro (Opinião, Mundo, Agrofolha e Mais!). As reportagens foram, também, o gênero de matérias que abordou uma variedade maior de assuntos. Entretanto, notou-se maior frequência na exploração de alguns temas, tais como o interesse das empresas pela questão ambiental, carreira e empregabilidade ligada ao setor, desdobramentos dos acidentes da Petrobrás e sobre o licenciamento e execução das obras do Rodoanel.

As **notícias** corresponderam a 11,52% do total de matérias, com 22 ocorrências, e concentraram-se em dois cadernos: Cotidiano e Folha Ribeirão, com nove (09) e oito (08) ocorrências, respectivamente. Esta distribuição se deu conforme o esperado, visto que ambos são cadernos que apresentam a finalidade de fazer a cobertura jornalística das localidades que abrangem, trazendo informações e atualidades sobre temas cotidianos, utilizando, para tanto, a notícia como formato habitual. O caderno regional Folha Ribeirão assume ainda a função de cobrir mais atentamente a cena política e

administrativa da cidade de Ribeirão Preto, decorrendo deste fato a concentração de notícias nesta seção. Assim, as demais notícias foram reportadas através dos cadernos Brasil (02), Dinheiro (02) e Mundo (01).

A quantidade de reportagens encontrada foi proporcionalmente muito superior em relação à quantidade de notícias. Ainda que observado o fato de que o formato reportagem vem ganhando maior espaço neste veículo, a discrepância entre estes dois tipos de ocorrência indica que existe a disposição em abordar o tema Gestão Ambiental, porém sob a frequência e a ótica desejada pelo jornal. Nesse sentido, é sugerida a opção por se referir à Gestão Ambiental evidenciando os aspectos desejados, em detrimento da veiculação de notícias factuais e pouco controláveis pelo jornal em termos qualitativos e temporais.

As **notas** foram o segundo maior grupo encontrado, com 31 ocorrências, representando, portanto, 16,23% do montante de matérias. Em grande parte (21 notas), foram publicadas pelo Caderno Dinheiro, nas seções Painel S.A. e Mercado Aberto, para, grosso modo, informar sobre programas e sistemas de gestão ambiental implementados no setor produtivo e recomendações e aquisições da certificação ISO 14001 pelo setor empresarial. Abordavam também, outros assuntos menos frequentes, tais como lançamento de publicações, prêmios, recursos/financiamentos, crescimento econômico, entre outras.

As notas restantes foram encontradas nos cadernos Ciência (02), Cotidiano (02), Ilustrada (02) e Brasil (01), e nos suplementos semanais Turismo (01), Mais! (01) e Agrofolha (01), boa parte destas tratando do lançamento de publicações ligadas à temática ambiental, ou da divulgação de eventos e prêmios, exceto duas, que tinham a certificação ISO 14001 como assunto.

As **entrevistas** somaram três (03) ocorrências, equivalendo a 1,57% do total. Duas destas foram publicadas no Caderno Brasil, uma se destina a apresentar os argumentos de um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES sobre privatizações, enquanto a outra retrata a visão da Petrobrás sobre acidentes ambientais de responsabilidade da empresa. Na terceira entrevista,

publicada no caderno Dinheiro, o representante do IBAMA rebate críticas de empresários sobre o processo de licenciamento do órgão. Apesar de se tratar de um formato pouco utilizado pela Folha de S. Paulo, de modo geral, o número de entrevistas encontrado nesta pesquisa é pouco expressivo.

Foram encontrados 13 **artigos**, que representam 6,81% do total de matérias. Os artigos se concentraram - com oito (08) ocorrências - na seção Tendências/Debates, pertencente ao caderno “Opinião”, que comporta editoriais, colunas, artigos e o “Painel do Leitor”, espaço para publicação de colaborações dos leitores e, segundo o próprio jornal, destina-se à pluralidade de opiniões. Os artigos restantes foram publicados nos cadernos Dinheiro (02), Ciência, Cotidiano e em um suplemento especial dedicado à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10).

Grande parte dos artigos tem como autores representantes ou ex-representantes do Governo que ocupam (ou ocuparam) a pasta de Meio Ambiente, como ministros ou secretários estaduais, somando cinco (05) artigos. Três (03) artigos foram escritos por representantes do setor produtivo. A autoria dos demais é atribuída às seguintes figuras: especialista da área acadêmica, ambientalista, presidente de partido político, advogado e diretor de agência internacional de financiamento.

As **colunas** apresentaram três (03) ocorrências, representando 1,57% do total de matérias. Estavam distribuídas no segmento Opinião, como coluna semanal, no caderno Dinheiro, em espaço reservado ao tema agronegócio e no suplemento semanal Vitrine, como coluna dedicada ao assunto defesa do consumidor.

Do total de ocorrências válidas de matérias contendo o termo “gestão ambiental” no corpo do texto, apenas um (01) **editorial** foi encontrado, correspondendo a 0,52% do total. Publicado em 2006, seu título “Explorar para preservar”⁶ antecipa à idéia de seu conteúdo, que pode ser resumido como uma comemoração pela aprovação, no Senado, do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, entendida pelo jornal como um modo de reduzir a grilagem de terras a partir do desenvolvimento econômico.

⁶ FOLHA DE S. PAULO. Explorar para preservar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0402200602.htm>>. Acesso em 11 jan. 2008.

Já as **cartas** somam quatro (04) ocorrências. Destas, três (03) apareceram na seção Painel do Leitor, dedicada exclusivamente à interação entre leitores e o veículo de comunicação. Tal interação pode ocorrer na forma de pergunta, ou como contribuição geral, ao criticar, complementar ou corrigir o que já foi publicado, ou ainda sugerir temas para o jornal e pertencente ao caderno Opinião. A carta restante, por sua vez, foi encontrada no suplemento Fovest, como dúvida de leitor.

Dessa forma, observaram-se os distintos tipos de matérias obedecendo à seguinte distribuição nos diferentes cadernos diários e suplementos semanais (tabela 5):

Tabela 5 – Distribuição dos tipos de matérias em cadernos diários e suplementos semanais

| Seções | Reportagem | Notícia | Nota | Entrevista | Artigo | Coluna | Editorial | Carta | Total |
|-------------------|-------------------|----------------|-------------|-------------------|---------------|---------------|------------------|--------------|--------------|
| Caderno | | | | | | | | | |
| Cotidiano | 32 | 09 | 02 | - | 01 | - | - | - | 44 |
| Dinheiro | 11 | 02 | 21 | 01 | 02 | 01 | - | - | 38 |
| Ribeirão | 14 | 08 | - | - | - | - | - | - | 22 |
| Opinião | - | - | - | - | 08 | 01 | 01 | 03 | 13 |
| Brasil | 04 | 02 | 01 | 02 | - | - | - | - | 09 |
| Ciência | 04 | - | 02 | - | 01 | - | - | - | 07 |
| Ilustrada | 02 | - | 02 | - | - | - | - | - | 04 |
| Campinas | 02 | - | - | - | - | - | - | - | 02 |
| Vale | 02 | - | - | - | - | - | - | - | 02 |
| Mundo | - | 01 | - | - | - | - | - | - | 01 |
| Suplemento | | | | | | | | | |
| Empregos | 13 | - | - | - | - | - | - | - | 13 |
| Especial | 06 | - | - | - | 01 | - | - | - | 07 |
| Negócios | 07 | - | - | - | - | - | - | - | 07 |
| Folhateen | 05 | - | - | - | - | - | - | - | 05 |
| Turismo | 04 | - | 01 | - | - | - | - | - | 05 |
| Fovest | 02 | - | - | - | - | - | - | 01 | 03 |
| Imóveis | 02 | - | - | - | - | - | - | - | 02 |
| Vitrine | 01 | - | - | - | - | 01 | - | - | 02 |
| Agrofolha | - | - | 01 | - | - | - | - | - | 01 |
| Equilíbrio | 01 | - | - | - | - | - | - | - | 01 |
| Mais! | - | - | 01 | - | - | - | - | - | 01 |
| Veículos | 01 | - | - | - | - | - | - | - | 01 |
| Sinapse | 01 | - | - | - | - | - | - | - | 01 |
| Total | 114 | 22 | 31 | 03 | 13 | 03 | 01 | 04 | 191 |

Não foram encontradas notícias nos suplementos semanais, uma vez que estes espaços não têm por finalidade publicar este gênero jornalístico. Nesse sentido, os suplementos apresentam como característica comum a divulgação de informações na forma de reportagens, uma vez que o formato deste gênero permite maior liberdade e acentua a responsabilidade do veículo na escolha dos assuntos para publicação. Dessa forma, pode-se interpretar a elevada incidência do termo “gestão ambiental” em reportagens e nos suplementos como uma demonstração do interesse do jornal em abordar alguns assuntos relacionados a este termo.

Durante a análise dos tipos de matérias, efetuou-se um levantamento paralelo sobre a autoria das matérias de caráter informativo, na tentativa de se avaliar a recorrência da assinatura de determinados jornalistas na cobertura de temas que se relacionam à Gestão Ambiental. Todavia, os resultados obtidos demonstraram que a autoria destes textos é atribuída a muitos nomes, não sendo considerada significativa a repetição destes.

2.3.2.2 As fontes consultadas

A investigação das fontes consultadas é um aspecto de grande importância nesta análise quantitativa, uma vez que estas constituem parte das informações provenientes das mensagens estudadas. Nesse sentido, buscou-se identificar e classificar estas informações, com o objetivo de sistematizá-las, facilitando suas interpretações.

Existem, basicamente, duas formas de interação entre fontes e meios de comunicação: as fontes podem, tanto ser procuradas pelos jornalistas, com a finalidade de fornecer informações ou expressar opinião, quanto recorrer à jornalistas e veículos de comunicação, no intuito de divulgar informações e opiniões de forma interessada. Esta segunda forma se expressa, essencialmente, através da atuação de diferentes formas de comunicação institucional, tais como assessoria de imprensa e porta-vozes. E, de certo modo, refere-se a um processo recente e crescente de profissionalização das fontes de informação. Porém, não há uma delimitação clara nos textos que permita

identificar quando cada uma destas formas ocorre.

O estudo sobre as fontes recaiu, apenas, sobre as matérias de carácter informativo (reportagem, notícia, nota e entrevista), dado que matérias opinativas (artigo, editorial e coluna) e cartas não foram consideradas passíveis de análise neste aspecto. Foram identificadas como fontes pessoas, grupos ou instituições sociais e seus representantes, assim como documentos e outros dados oriundos destes grupos ou indivíduos. Porém, somente quando a consulta a estes esteja mencionadas de forma mais ou menos explícita ao longo do texto. Esta identificação e posterior classificação resultou na categorização das fontes em 7 grupos distintos, conforme expresso a seguir (tabela 6):

Tabela 6 – Distribuição das fontes consultadas no período pesquisado

| Ano | Governo | Setor produtivo | Especialista | Mercado profissional | Terceiro setor | Cidadão comum | Outras | Total |
|--------------|------------|-----------------|---------------|----------------------|----------------|---------------|--------------|-------------|
| 1997 | - | 06 | 03 | - | 02 | - | - | 11 |
| 1998 | 07 | 01 | 03 | 08 | 04 | 01 | 01 | 25 |
| 1999 | 23 | 07 | 04 | 03 | - | 03 | - | 40 |
| 2000 | 13 | 16 | 07 | 01 | 05 | 01 | 01 | 44 |
| 2001 | 19 | 04 | 05 | 09 | 03 | 07 | - | 47 |
| 2002 | 08 | 04 | 02 | - | 02 | - | - | 16 |
| 2003 | 11 | 03 | 10 | 02 | 12 | - | - | 38 |
| 2004 | 07 | 04 | 06 | - | 03 | 02 | 04 | 26 |
| 2005 | 11 | 02 | 02 | 05 | 04 | 08 | 04 | 36 |
| 2006 | 02 | 01 | 04 | 06 | 01 | - | - | 14 |
| 2007 | 06 | 10 | 06 | 10 | 06 | - | 05 | 43 |
| 2008 | 08 | 07 | 08 | 07 | 01 | - | - | 31 |
| Total | 115 | 65 | 60 | 51 | 43 | 22 | 15 | 371 |
| % | 31% | 17,52% | 16,17% | 13,75% | 11,59% | 5,93% | 4,04% | 100% |

Obteve-se o número total de 371 fontes consultadas, em todas as matérias de carácter informativo avaliadas, ao longo de todo o período pesquisado. De modo geral, observou-se o predomínio da categoria **Governo** como fonte de informação nas matérias, representando 31% do total. O segundo grupo mais ouvido foi o denominado **Setor produtivo**, que obteve 17,52% do total, embora a categoria composta por **Especialistas** também tenha sido fortemente consultada, equivalendo a 16,17% do total de fontes. As fontes classificadas em **Mercado profissional** também foram amplamente consultadas, representando 13,75% do total.

A categoria formada por representantes do **Terceiro setor** foi ouvida 43 vezes, o que representou 11,59% das fontes identificadas. O grupo **Cidadão comum**, por sua vez, obteve o menor número de consultas, reunindo apenas 5,93% dos registros, enquanto fonte de informação. A categoria **Outras** somou 4,04%. As diferenças em relação aos tipos de fontes consultadas se tornam mais evidentes ao se observar o gráfico a seguir (figura 4):

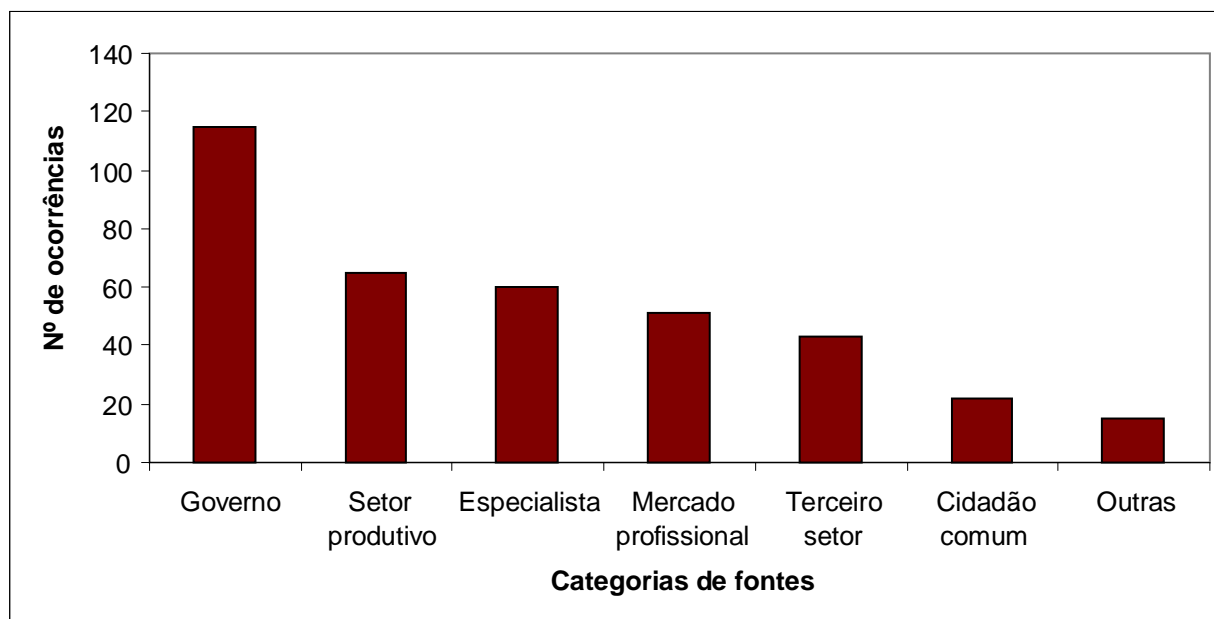


Figura 4 – Ocorrência das diferentes fontes de informação

A composição detalhada de cada uma das sete categorias estabelecidas nesta pesquisa está expressa a abaixo (tabela 7), assim como a explicação mais criteriosa da escolha pelo agrupamento de algumas fontes em determinados grupos.

Tabela 7 – Detalhamento das categorias de fontes consultadas

| Fontes | Nº ocorrências | % | Classificação |
|--|-----------------------|-------------|----------------------|
| Presidência da República | 04 | 1,08% | Governo |
| Ministério do Meio Ambiente | 09 | 2,43% | |
| Ministério de Minas e Energia | 01 | 0,27% | |
| Ministério das Relações Exteriores | 01 | 0,27% | |
| Ministério da Educação | 01 | 0,27% | |
| Governo Estadual | 39 | 10,51% | |
| Governo Municipal | 45 | 12,12% | |
| Legislativo | 06 | 1,62% | |
| Ministério Público | 06 | 1,62% | |
| IBAMA | 03 | 0,81% | |
| Setor secundário | 22 | 5,93% | Setor produtivo |
| Petrobrás (setor secundário) | 14 | 3,77% | |
| Setor terciário | 09 | 2,43% | |
| Associação setor produtivo | 20 | 5,39% | |
| INMETRO | 03 | 0,81% | Especialista |
| INPE | 01 | 0,27% | |
| IBGE | 04 | 1,08% | |
| IPHAN | 01 | 0,27% | |
| IPEA | 01 | 0,27% | |
| FUNAI | 01 | 0,27% | |
| Especialista/Cientista | 49 | 13,20% | |
| Empregabilidade - interessado na área | 16 | 4,31% | |
| Empregabilidade - especialista na área | 31 | 8,36% | |
| Empresa de recursos humanos | 04 | 1,08% | |
| ONG Ambientalista | 30 | 8,09% | Terceiro setor |
| Associação | 13 | 3,50% | |
| Cidadão comum | 16 | 4,31% | Cidadão comum |
| Tabelião | 01 | 0,27% | |
| Estudante | 04 | 1,08% | |
| Índio | 01 | 0,27% | |
| Instituição de ensino | 01 | 0,27% | Outras |
| Instituição financeira | 04 | 1,08% | |
| Partido Político | 06 | 1,62% | |
| Organismo Internacional | 03 | 0,81% | |
| Órgão Ambiental não-brasileiro | 01 | 0,27% | |
| Total | 371 | 100% | |

A categoria Governo, amplamente consultada como fonte de informação, é composta pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Desse modo, agrega porta-vozes, assessores e representantes

da presidência da república, de ministérios, de diversos órgãos e autarquias federais e municipais, além de procuradores e promotores do ministério público. Os resultados encontrados demonstram a preferência pela consulta à representantes do governo, que tratam de oferecer pareceres oficiais. Esta tendência é observada, principalmente, na cobertura de eventos de âmbito municipal e estadual, que apresentam os valores de 12,12% e de 10,51% do total de fontes ouvidas. Entretanto, cabe ressaltar que o número elevado de notícias e reportagens sobre a cidade de Ribeirão Preto é responsável, em parte, pela alta incidência de fontes municipais.

O detalhamento do agrupamento relativo ao Setor produtivo permite observar que este é formado por representantes dos setores secundário e terciários da economia, de modo que não foi constatada a existência de nenhuma fonte do setor primário, o que corrobora as evidências de que muito pouco é abordado sobre a Gestão Ambiental no agronegócio e no campo de modo geral. O setor secundário, por sua vez, é composto por indivíduos que tem suas falas expressas em nome de indústrias dos mais diversos ramos, porém, observou-se a necessidade de dar destaque às fontes ligadas a Petrobrás, que representaram 3,77% das fontes consultadas dentre todas as categorias. Sobre a composição do setor terciário, relacionou-se a ocorrência de fontes ligadas a empresas que prestam serviços nas áreas de consultoria ambiental, turismo e telecomunicações. Por sua vez, as associações do setor produtivo, recorrentemente consultadas (5,39% do total de fontes) dizem respeito à representantes de sindicatos do setor, além de Federações e Confederação de Indústrias (FIESP, FIRJAN, FIEMG, CNI).

A categoria Especialista é formada por pesquisadores e cientistas ligados à institutos de pesquisa e universidades, de caráter público ou privado. A delimitação deste grupo incidiu sobre profissionais e instituições que emitiram informações, pareceres e opiniões de cunho técnico relacionadas às suas áreas de atuação e pesquisa. A elevada consulta a esta categoria de fonte ocorre tal como o esperado, visto que é prática comum nos meios de comunicação dar preferência a exposição de informações e opiniões de fontes ditas “qualificadas”.

A categoria Mercado profissional, por sua vez, também apresenta profissionais

ligados à institutos de pesquisa e ao meio acadêmico, entretanto, a classificação diferenciada é explicada pelo conteúdo do que é expressado nas falas destas fontes. Neste caso, a informação e/ou opinião emitida tem relação direta com a formação, especialização ou atuação profissional na área ambiental, ou, mais especificamente, em relação à Gestão Ambiental, como verificado em muitas situações. Esta categoria, da mesma forma, abrange vestibulandos, estudantes e profissionais interessados nesta área de formação e atuação, além de profissionais e representantes de empresas de recursos humanos que discorreram sobre a empregabilidade neste ramo. A alta incidência deste tipo de fonte revela o destaque dado pelo jornal para a formação e atuação do gestor ambiental.

O grupo de fontes de informação denominado Terceiro setor é composto por representantes de diferentes formas de associação (Organização Social, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações etc.), cujo interesse recai sobre os mais variados temas, tais como associação de moradores, de consumidores, de servidores públicos etc. Neste grupo encontra-se, ainda, de forma destacada, a presença de ambientalistas ligados à ONGs, com 8,08% do total de fontes consultadas em toda a análise.

Na categoria Cidadão Comum, foram agrupadas as fontes que expressaram opinião e forneceram informações sobre fatos de modo desvinculado que qualquer instituição e, no mesmo sentido, não apresentaram nenhum conhecimento de caráter técnico. Neste grupo verifica-se, portanto, a opinião de pessoas consideradas “leigas” nos assuntos abordados, que podem ou não ter relação com a problemática explorada pela matéria, como vítimas de problemas ambientais, por exemplo.

Relacionou-se na categoria Outras as fontes que não se encaixaram em nenhum dos grupos anteriores. Assim, este grupo contém representantes de instituições financeiras, de ensino, organismos internacionais, um órgão ambiental não brasileiro e partidos políticos. Os partidos políticos não foram agrupados na categoria Terceiro setor, apesar de serem considerados uma forma de associação, por divergirem da proposta definida para esta categoria.

2.3.2.3 Os atores citados

Assim como o exame das fontes de informação, a averiguação de quais os atores citados nesta cobertura jornalística constitui um aspecto quantitativo de grande relevância. Esta análise possibilita verificar quem são os principais personagens mencionados quando o assunto abordado se relaciona com a Gestão Ambiental.

Dessa forma, considerou-se ator aquele que produz o fato noticioso, ou seja, agentes ou protagonistas de determinados acontecimentos. Estes podem ser citados ao longo da matéria, tanto pelo próprio autor do texto jornalístico, como também por alguma fonte consultada. Um ator mencionado em determinada matéria, por sua vez, pode nesta também ser consultado como fonte de informação, caso exista disposição do jornalista para tanto.

As sete categorias determinadas para a análise das fontes de informação foram novamente utilizadas na classificação dos atores citados, sendo estas: Governo, Setor produtivo, Especialista, Mercado profissional, Terceiro Setor, Cidadão comum e Outros. Todos os tipos de matérias, opinativas e informativas, foram avaliados. Desse modo, a seguinte distribuição dessas categorias foi observada (tabela 8):

Tabela 8 – Ocorrência dos atores citados

| Atores | Nº ocorrências | % |
|----------------------|-----------------------|-------------|
| Governo | 136 | 32,08% |
| Setor produtivo | 153 | 36,08% |
| Especialista | 16 | 3,77% |
| Mercado profissional | 27 | 6,37% |
| Terceiro setor | 36 | 8,49% |
| Cidadão comum | 08 | 1,89% |
| Outros | 48 | 11,32% |
| Total | 424 | 100% |

Conforme o exposto acima, nota-se que o **Setor produtivo** é o grupo de atores mais citado, abrangendo 36,08% do total de registros. Ou seja, nas matérias em que o termo “gestão ambiental” ocorre, o setor produtivo, principalmente o setor das indústrias, é assiduamente mencionado como agente de alguma ação.

Em segundo lugar, a categoria **Governo** aparece também com grande frequência, somando 32,08% do total. Porém, isto se deve, novamente, ao elevado número de matérias destinadas a cobrir questões do cotidiano e da política do município de Ribeirão Preto.

O grupo **Terceiro setor**, por sua vez, obteve 36 registros, correspondendo, portanto, a 8,49% do total de atores citados. Enquanto o grupo **Mercado profissional** soma 6,37% do total. As categorias de atores menos citadas foram **Especialista** e **Cidadão comum**, correspondendo a 3,77% e 1,89% do total, respectivamente. Na categoria **Outros** estão relacionadas 48 ocorrências, ou 11,32% do total.

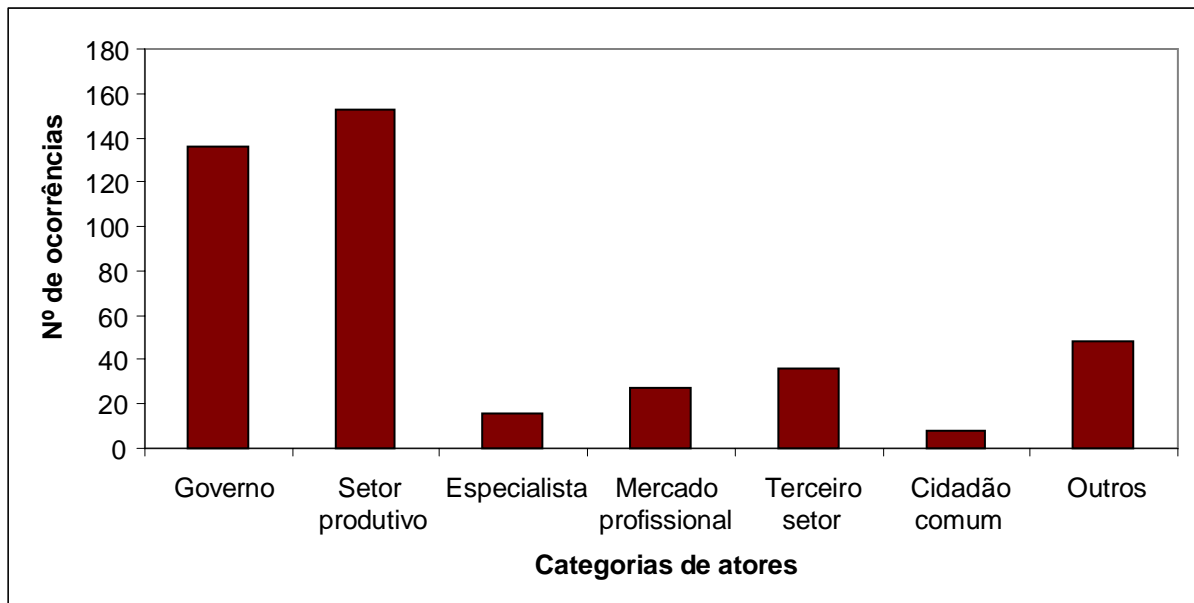


Figura 5 – Ocorrência dos diferentes atores citados

Conforme mencionado anteriormente, as categorias determinadas para o estudo das fontes de informação foram novamente utilizadas na classificação dos atores citados, embora tenham sofrido pequenas alterações. Por exemplo, novos itens foram incorporados em algumas categorias, enquanto itens já existentes não apresentaram nenhum registro, tal como demonstrado, a seguir, no detalhamento desta classificação (tabela 9):

Tabela 9 – Detalhamento das categorias de atores citados

| Atores | Nº ocorrências | % | Classificação | |
|--|-----------------------|-------------|----------------------|-----------------|
| Presidência da República | 14 | 3,30% | | |
| Ministério do Meio Ambiente | 10 | 2,36% | | |
| Ministério de Minas e Energia | 01 | 0,24% | | |
| Ministério das Relações Exteriores | 01 | 0,24% | | |
| Ministério da Educação | - | - | | |
| Governo Estadual | 46 | 10,85% | Governo | |
| Governo Municipal | 38 | 8,95% | | |
| Judiciário | 02 | 0,47% | | |
| Legislativo | 08 | 1,89% | | |
| Ministério Público | 05 | 1,18% | | |
| INCRA | 01 | 0,24% | | |
| IBAMA | 10 | 2,36% | | |
| Setor primário | 07 | 1,65% | | Setor produtivo |
| Setor secundário | 74 | 17,45% | | |
| Petrobrás (setor secundário) | 19 | 4,48% | | |
| Setor terciário | 37 | 8,73% | | |
| Associação setor produtivo | 16 | 3,77% | | |
| INMETRO | 02 | 0,47% | Especialista | |
| INPE | - | - | | |
| IBGE | 02 | 0,47% | | |
| IPHAN | 01 | 0,24% | | |
| IPEA | - | - | | |
| FUNAI | 01 | 0,24% | | |
| Especialista/Cientista | 10 | 2,36% | | |
| Empregabilidade - interessado na área | 27 | 6,37% | Mercado profissional | |
| Empregabilidade - especialista na área | - | - | | |
| Empresa de recursos humanos | - | - | | |
| ONG Ambientalista | 31 | 7,31% | Terceiro setor | |
| Associação | 05 | 1,18% | | |
| Cidadão comum | 06 | 1,41% | Cidadão comum | |
| Tabelião | 01 | 0,24% | | |
| Estudante | - | - | | |
| Índio | 01 | 0,24% | | |
| Instituição de ensino | 17 | 4,01% | Outros | |
| Instituição financeira | 14 | 3,30% | | |
| Partido Político | 05 | 1,18% | | |
| Organismo Internacional | 08 | 1,89% | | |
| MERCOSUL | 02 | 0,47% | | |
| Órgão Ambiental não-brasileiro | 02 | 0,47% | | |
| Total | 424 | 100% | | |

De modo geral, os dados obtidos com o levantamento dos atores citados revelam que Setor produtivo é assiduamente retratado na Folha de S. Paulo como protagonista de matérias que abordam diretamente o assunto Gestão Ambiental ou apenas envolvem o termo. No período avaliado, o desempenho da Petrobrás foi constantemente acompanhado, o que justifica o número de vezes em que a empresa é mencionada como ator. Nesse sentido, cabe ressaltar que, excetuando-se as matérias sobre os problemas da Petrobrás, foram raros os textos que expuseram aspectos negativos da atuação do setor industrial no que se refere à Gestão Ambiental.

Observa-se, igualmente, a inclusão do setor primário da economia na composição desta categoria. Embora o setor agropecuário não tenha sido consultado enquanto fonte de informação, foi citado como ator por sete vezes neste levantamento e, em grande parte destas vezes, aparece como grande responsável pelos desmatamentos na região amazônica. Ainda assim, o resultado é pouco expressivo, dada a importância da agropecuária na economia brasileira e de seus impactos ambientais.

Uma interessante correlação entre fontes consultadas e atores citados foi encontrada para a categoria Setor produtivo. Representantes desta categoria foram consideravelmente consultados como fonte de informação pela Folha, contudo, aparecem de forma ainda mais acentuada como agentes de fatos noticiosos. Isto poderia sugerir que a atuação do setor produtivo é divulgada, muitas vezes, sem que se dê “voz” a seus representantes. Entretanto, quando se pondera a eficiência do meio empresarial em recorrer aos veículos de comunicação - através da profissionalização de fontes - com a finalidade de oferecer informações e opiniões de forma interessada, pode-se concluir que o setor vem garantindo sobremaneira sua representação. Nesta pesquisa este fato pode ser verificado pelo volume de reportagens e notas encontradas que têm como objetivo apresentar novidades do setor, sem, necessariamente, fazer alusão a fonte alguma.

A presença acentuada de atores relacionados à categoria Governo se deve, grosso modo, à cobertura de acontecimentos em que é evidenciada a atuação de

ministérios, secretarias estaduais, órgãos, conselhos ambientais, entre outros. De certa maneira, pode-se afirmar que o montante de ocorrências de atores deste agrupamento tem relação direta com o total de registros do mesmo grupo como fonte. Ou seja, pode-se considerar que o governo é bastante mencionado nas matérias avaliadas, sendo também freqüentemente ouvido como fonte de informação.

O mesmo não ocorre com as demais categorias: Especialista, Mercado profissional, Terceiro setor e Cidadão Comum. Representantes destas categorias foram encontrados com maior freqüência enquanto fontes de informação, do que como atores citados.

Para as categorias Especialista e Mercado profissional, isto pode ser explicado a partir do pressuposto de que os veículos recorrem a especialistas e cientistas para qualificar a informação divulgada e raras vezes são colocados expressamente como atores das matérias elaboradas.

Já as categorias Terceiro setor e Cidadão comum apresentaram proporcionalmente mais ocorrências enquanto fontes de informação, o que contraria o esperado, de certo modo. Isso porque, na cobertura da mídia em geral, observa-se a tendência em se negligenciar a perspectiva de pessoas comuns e da sociedade civil organizada, privilegiando versões oficiais e de especialistas. Contudo, o comportamento contrário foi observado nesta análise e a explicação para tanto é o número elevado de representantes destas categorias consultados como fontes em algumas poucas matérias.

Na categoria Outros, foram notados percentuais elevados de ocorrências para as instituições financeiras e de ensino como atores citados. Em geral, enquanto é enfatizada a atuação dos bancos em relação a financiamentos de empreendimentos e projetos (com apelo ambiental ou não), as instituições de ensino aparecem como atores citados em matérias voltadas à questão da empregabilidade que realçam o papel das universidades na formação profissional.

2.3.2.4 Unidades Temáticas e seus desdobramentos

Com a finalidade de compreender o universo de textos encontrados, optou-se por trabalhar com uma grade de leitura (tabela 10) em que os principais temas pudessem emergir. Esta grade resulta da articulação entre métodos dedutivos e indutivos de pesquisa, em que temas comumente destacados pela literatura indicam o que pode ser encontrado, enquanto a leitura flutuante de todo o material selecionado fornece os elementos que a compõem efetivamente. Assim, a grade de leitura originada é composta por dez unidades temáticas, cada uma delas desmembrada em três índices.

Tabela 10 - Grade de leitura do material pesquisado e a recorrência dos temas definidos

| Unidades Temáticas | Índices | | | |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|---------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Empregabilidade (29) | Setor privado (18) | Setor público (3) | 3º setor (1) | Outras (7) |
| Política pública (28) | Crescimento econômico (7) | Desenvolvimento sustentável (6) | Parceria Público-Privada (6) | Outras (9) |
| Urbanismo (25) | Saneamento (2) | Planejamento (15) | Qualidade de vida (8) | Outras (-) |
| Certificação (24) | Crítica (2) | Investimentos (6) | Mercado (14) | Outras (2) |
| Legislação (23) | Licenças (15) | Descumprimento (3) | Sanção (4) | Outras (1) |
| Empresas (20) | Competitividade (3) | Viabilidade econômica (11) | <i>Marketing</i> (5) | Outras (1) |
| Poluição (16) | Resíduo industrial (6) | Resíduo doméstico (4) | Acidentes (6) | Outras (-) |
| Ambientalismo (8) | 3º setor (3) | Reação (2) | Crítica (2) | Outras (1) |
| Consumo (7) | <i>Marketing</i> (1) | Exigência (3) | Redução (2) | Outras (1) |
| Energia (3) | Alternativa (1) | Recursos naturais (-) | Mudanças climáticas (2) | Outras (-) |
| Outras (8) | - | - | - | - |

a) Empregabilidade - Estão retratados assuntos que destacam o mercado de trabalho para o profissional da área de meio ambiente.

b) Política pública - Unidade temática em que são agrupados os textos que tratam de diretrizes para a gestão pública, nas esferas municipal, estadual e federal.

c) Urbanismo - O tema urbanismo pode ser desmembrado entre matérias que tratam de aspectos relativos ao desenvolvimento das cidades, fundamentalmente aquelas relacionadas ao planejamento urbano, questões de saneamento e a assuntos que remetem à qualidade de vida.

d) Certificação - Abrange os textos relacionados à certificações ambientais, principalmente a *International Standardization Organization* - ISO 14001, aos requisitos e investimentos necessários para a obtenção dos selos, e aos ganhos em competitividade a esta relacionados.

e) Legislação - São considerados os textos que remetem ao Direito, enquanto ferramenta que regula as relações dos diversos setores da sociedade com o meio ambiente.

f) Empresas - Considerou-se para este grupo as matérias que trazem o setor produtivo como protagonista, suas ações em relação ao ambiente e as questões econômicas destas decorrentes.

g) Poluição - Agrupam-se os textos que abordam a questão da poluição gerada a partir do descarte de lixo industrial e doméstico, bem como aqueles que tratam do reaproveitamento destes resíduos. Nesta unidade estão relacionadas, também, as matérias cujo assunto principal são acidentes que implicam em disseminação de poluentes no ambiente.

h) Ambientalismo - Estão relacionados os textos que relatam reivindicações populares sobre a questão ambiental, de forma organizada ou não, além de textos que evocam uma postura reativa ante estas pressões.

i) Consumo - Neste grupo são classificadas as matérias que trazem a perspectiva do consumo como questão relevante.

j) Energia - Classificam-se as matérias que exploram os recursos energéticos como tema principal.

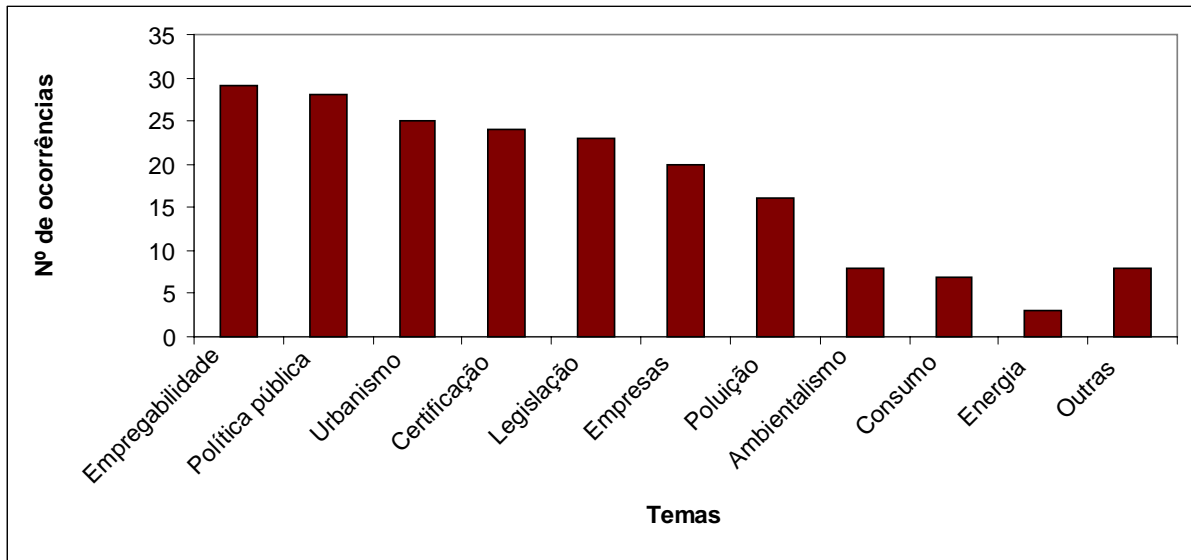


Figura 6 - Distribuição dos temas encontrados

Embora exista uma distribuição relativamente semelhante entre os temas encontrados, de acordo com o gráfico acima (figura 6), o tema mais explorado foi a Empregabilidade abrangendo 15,2% dos 191 textos pesquisados. Os temas Política pública e Urbanismo respondem por 14,6% e 13,1%, respectivamente. Enquanto o tema Certificação corresponde a 12,6%, Legislação a 12%, Empresas a 10,5% e Poluição a 8,4%. Já os temas menos explorados foram Ambientalismo 4,2%, Consumo 3,6% e Energia 1,6%. Os textos com temas diversos, que não se encaixam em nenhuma unidade temática representam 4,2% do total avaliado.

2.3.3 Análise qualitativa

Esta análise foi desenvolvida a partir da observação mais atenta de cada um dos índices das dez unidades temáticas verificadas.

2.3.3.1 Empregabilidade

1) Setor privado - Os dezoito (18) textos agrupados neste índice têm como assunto principal a empregabilidade ligada ao meio ambiente e, principalmente, à Gestão Ambiental, exclusivamente no setor privado. Aparecem em diversas seções do jornal, mas prevalecem nos suplementos Empregos, Folhateen e Fovest. De forma geral, estas matérias valorizam a incorporação destes profissionais no setor secundário e de serviços, como instituições financeiras e certificadoras. Também abordam a necessidade do mercado absorver profissionais de diversas áreas do conhecimento, com especialização na área. Porém, observa-se o interesse predominante pelo conhecimento de caráter técnico destes profissionais. Destas matérias, cinco (05) foram encontradas no suplemento semanal “Empregos”, de 30/09/07, intitulado “Empresas colhem gestor ambiental”⁷, cujo mote, nesta edição, era uma série especial de matérias que destacam um novo nicho de atuação chamado “profissões verdes”.

2) Setor público - Somente três (03) matérias tratam da empregabilidade de gestores ambientais no setor público, exclusivamente. Destas, duas notícias têm como foco divulgar informações sobre concurso público para preenchimento de vagas para a gestão dos parques municipais da cidade de São Paulo. Estas notícias expõem ainda problemas políticos e administrativos comuns à indicação política, meio anteriormente utilizado para determinar a ocupação destes cargos, concluindo que existe a necessidade de valorizar o conhecimento técnico dos profissionais da área, em detrimento da cordialidade política.

⁷ VALDEJÃO, R.G.; VASCONCELOS, L.. Empresas colhem gestor ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce3009200701.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

3) Terceiro setor - Apenas uma (01) reportagem relaciona o mercado de trabalho, para profissionais de meio ambiente, ao terceiro setor, apresentado, contudo, como área de atuação recente e promissora.

4) Outras - As sete (07) matérias reunidas nesta seção, obtiveram tal classificação por não apresentarem um único setor como campo de atuação para os profissionais de Gestão Ambiental ou meio ambiente. Todos os textos remetem à formação destes profissionais, e alguns apresentam títulos sugestivos, como "Profissional cuida do elo homem/meio"⁸ "Foco humanista é diferencial"⁹ e "Gestor equilibra lado social, econômico e ambiental"¹⁰. Desta forma, o conteúdo das reportagens explora a perspectiva da formação interdisciplinar deste profissional, que deverá, de maneira geral, compreender o papel das atividades humanas na degradação do ambiente, buscando minimizar os impactos destas atividades.

O que foi constatado nesta unidade temática é que houve um acentuado destaque aos aspectos empresariais da empregabilidade do gestor ambiental. De acordo com Almeida Júnior (2007), existe uma desconexão entre os propósitos da Universidade e os interesses da maioria da população

Esta desconexão ocorre também quando a Universidade trata das questões ambientais. Por um lado, a Universidade tende a olhar para as questões ambientais como oportunidades no mercado de trabalho para seus alunos e, por esta via, como meio de garantir sua própria sobrevivência. Por outro lado, devido às suas cada vez mais fortes conexões com o mundo empresarial, a Universidade tende a pensar os problemas ambientais por uma perspectiva que favoreça as atividades capitalistas. As perspectivas que contemplam a questão ambiental como problema de saúde pública, de segurança ambiental da população, que atribuem um valor intrínseco à natureza, que valorizam saberes alternativos aos conhecimentos científicos ou que propõem alterações profundas nas relações sociais e na produção são, quando possível, suprimidas ou marginalizadas (ALMEIDA JR., 2007, p. 46).

⁸ CHIAVERINI, T. Profissional cuida do elo homem/meio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1709200608.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

⁹ LIMA, B. Foco humanista é diferencial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce1303200504.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

¹⁰ CHIAVERINI, T. Gestor equilibra lado social, econômico e ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1709200607.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

2.3.3.2 Política pública

1) Crescimento econômico - Neste índice são encontradas sete (07) matérias nas quais o assunto explorado coloca em destaque a relação entre crescimento econômico e conservação ambiental. Destas, algumas matérias tratam de conflitos relacionados a projetos de infra-estrutura de âmbito nacional, potencialmente causadores de impactos ambientais, vistos, entretanto, como ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento. Tais conflitos são evidenciados em uma destas notícias, publicada em 2004, na qual o presidente Lula, ao fazer declarações sobre a retomada de crescimento econômico do país, opina: “Não podemos mais retardar obras estratégicas por conta da anemia operacional herdada no passado”¹¹, referindo-se à Gestão Ambiental de governos anteriores.

Nesse sentido, em reportagem de 2007, a postura desenvolvimentista de Lula é defendida por Blairo Maggi, governador do estado de Mato Grosso e “mega-sojicultor”. Sobre os entraves no processo de licenciamento das obras do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, Maggi emite a seguinte opinião:

“O presidente tem razão. O que falta talvez nas pessoas é um pouco de boa vontade e entender que aquilo [a hidrelétrica] é uma necessidade para a nação. E os bagres? O Brasil tem tecnologia para cultivar aquilo em cativeiro. Ninguém está preocupado com o bagre de verdade. Ele é usado apenas para colocar areia no negócio”.¹²

Alguns artigos publicados no período pesquisado, classificados nesta seção, oferecem argumentos variados sobre políticas públicas de cunho ambiental, demonstrando, inclusive, divergências ideológicas. Por exemplo, enquanto Alfredo Sirks, presidente do Partido Verde, em 1997, opina que o sistema de Gestão Ambiental do país se encontra “inadequado, balcanizado, sem recursos, sem peso real dentro do governo – particularmente diante das áreas econômica e diplomática”¹³, Sarney Filho, ministro de Meio Ambiente do governo FHC, em 1999, declara: “Entendo, portanto, que,

¹¹ Retomada exige agilidade, diz Lula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0306200407.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

¹² GERAQUE, E. Maggi "verde" defende floresta nos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2604200701.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

¹³ SIRKS, A. O elefante e o filhote de girafa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz190909.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

continuando o atual modelo econômico, aos recursos ambientais que nos importa preservar só resta uma chance: serem interessantes para o mercado”¹⁴.

2) Desenvolvimento sustentável - Os seis (06) textos aqui reunidos expressam enfoques mais abrangentes da Gestão Ambiental em relação às políticas públicas, e não somente aqueles que tratam de aspectos econômicos desta questão, em oposição ao índice anterior. Assim, as três (03) reportagens encontradas versam sobre modelos de gestão e geração de renda comunitária; debates sobre projetos multidisciplinares de educação ambiental; e estímulos a planos de gestão do ecoturismo, de forma a proporcionar a sustentabilidade ambiental e socioeconômica desta atividade. Por sua vez, os três (03) artigos tratam, de modo geral, das contradições políticas da Gestão Ambiental: a submissão a modelos desgastados, pragmáticos e imediatistas, ou mudanças paradigmáticas, de maior profundidade e de longo prazo.

3) Parceria Público-Privada - Os textos reunidos neste índice correspondem a cinco (05) notas e uma (01) notícia, todas anunciam parcerias entre a Administração Pública e a iniciativa privada, nas quais esta última atua financiando obras de infraestrutura, programas ou serviços voltados à melhoria da Gestão Ambiental.

4) Outras - Foram nove (09) as matérias agrupadas nesta seção. Apresentam os mais variados assuntos em relação às políticas públicas, tais como políticas ambientais transnacionais, arranjos partidários; anúncio de nomeação para pastas ministeriais do governo; dados estatísticos e crises no governo. Em relação a este último assunto, destacam-se duas (2) notícias que apontam as divergências geradas a partir da criação do Instituto Chico Mendes. A primeira, de 28/04/07 fala do embate entre os servidores do IBAMA e a ministra do Meio Ambiente, ante a divisão do Instituto, com ameaça de greve. Enquanto a segunda, de 03/07/07, opõe a chamada ‘bancada ruralista’ do governo ao IBAMA, cujos servidores, nesse período, estavam em greve há cerca de dois meses.

¹⁴ SARNEY FILHO, J. A necessidade do investimento ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz10039909.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

2.3.3.3 Urbanismo

1) Saneamento - Neste índice foram reunidas duas (02) reportagens, cujos temas estão relacionados ao saneamento urbano. Uma delas expõe a escassez de água na região metropolitana de São Paulo como um problema de grandes proporções a ser solucionado, não somente a partir de iniciativas de caráter exclusivamente tecnológico, mas também através da gestão e do planejamento do espaço urbano e dos mananciais. Iniciativas estas provenientes de mudanças culturais. Nesta reportagem, alguns especialistas ouvidos pelo jornal defendem que a cobrança pelo uso da água é essencial para racionalizar seu uso e fomentar políticas de conservação.

A outra reportagem, por sua vez, expõe a opinião de alguns representantes de indústrias do Vale do Paraíba, tidas como grandes usuárias dos recursos hídricos daquela região. Eles apoiam a cobrança pelo uso da água, criada como ferramenta para conservação dos mananciais, porém, suspeitam da utilização da arrecadação para esta finalidade.

2) Planejamento - Este grupo agrega o total de 15 matérias em que o assunto planejamento urbano é evidenciado. Destas, as publicadas no caderno Ribeirão, fazendo referência a este município, somam dez (10) e abordam, em sua maioria, problemas relacionados aos episódios de enchentes ocorridos nos anos de 1999 e 2000. Assim, o tema planejamento urbano é explorado nestas reportagens a partir da exposição das causas das cheias, tais como taxas de arborização e impermeabilização do solo, ausência de verbas e morosidade para conclusão de obras, além de exporem os prejuízos decorrentes destas enchentes.

Das cinco (05) matérias restantes neste índice, uma reportagem expressa novamente a problemática dos mananciais na região metropolitana de São Paulo, entretanto, sob a perspectiva da ausência de planejamento urbano, se refletindo na ocupação irregular destas áreas de preservação. As outras quatro (04) apresentam os seguintes focos: impactos negativos causados pelas obras do Rodoanel a áreas sensíveis; os benefícios da implantação da Operação Rodízio, de restrição à circulação de veículos, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo; a expansão da

mancha urbana para áreas de preservação em Cubatão; e a ameaça das dunas ao vilarejo de Mangue Seco, na Bahia.

3) Qualidade de vida - Neste índice foram agrupados oito (08) textos que remetem ao bem estar da população e à qualidade do ambiente urbano em geral. Verificou-se, predominantemente, a gestão de parques municipais como assunto, outros, porém, estavam relacionados à arborização urbana e ao crescimento acelerado de cidades do interior de São Paulo próximas à capital. O município de Ribeirão Preto, novamente, foi palco do maior número de reportagens, com seis (06) ocorrências.

4) Outras - Nenhuma matéria foi classificada como “Outras” nesta Unidade Temática.

2.3.3.4 Certificação

1) Crítica - As críticas à certificação se resumem a apenas duas (02) matérias. A primeira é uma nota que remete à reavaliação dos critérios para a concessão dos certificados ISO 14001, após um acidente ambiental provocado por falhas técnicas de empresa que obteve a qualificação, em 2000. Ao passo que a outra, uma reportagem mais extensa publicada em 2003, tece críticas gerais ao desempenho das indústrias no país, uma vez que, aparentemente, investem mais no *marketing* ambiental, enquanto carecem de melhorias efetivas em suas relações de sustentabilidade, apesar do aumento expressivo de obtenções do certificado ISO 14001.

2) Investimentos - As seis (06) reportagens relacionadas neste índice remetem, de modo geral, ao montante de capital empregado por algumas empresas, com a finalidade de adaptar e aperfeiçoar processos e procedimentos para aprovação quanto às questões ambientais, e, conseqüentemente, para a obtenção de certificações como a ISO 14001. Destas, três (03) matérias abordam o desempenho da Petrobrás após uma série de acidentes ambientais ocorridos em suas unidades, demonstrando que a empresa soma esforços e investe pesadamente na melhoria de seus processos

produtivos, também com o intuito de fomentar uma imagem positiva junto à opinião pública.

3) Mercado - Foi agrupado, neste índice, o total de catorze (14) matérias que tem como assunto principal a aquisição de certificações. Destas, cinco (05) notas, encontradas em sua maioria no caderno Dinheiro, apresentam empresas do setor secundário e de serviços que receberam o certificado ISO 14001, citando algumas das melhorias implementadas para tanto. Outra nota, porém, destaca, já no ano de 1999, a evolução das obtenções deste selo no Brasil e oferece a previsão de que o mercado de certificações tenderá a crescer.

As demais matérias que constituem este índice são oito (08) reportagens cujo mote se assemelha ao das notas citadas anteriormente, entretanto, argumentam mais detalhadamente sobre alguns assuntos, tais como: os benefícios oriundos da aquisição das certificações, por exemplo, a competitividade no mercado externo e a valorização da imagem; o aumento do interesse na obtenção dos selos por empresas de ramos e portes diversos, mas, principalmente das indústrias dos setores químico, petroquímico, de papel e celulose e de mineração; e o promissor campo de trabalho vinculado à auditoria e certificação.

4) Outras - Este segmento destinou-se a agrupar aquelas matérias cujo tema principal corresponde à certificação, que não se encaixam, contudo, nos índices anteriores. Desse modo, encontram-se aqui duas (02) matérias: uma carta de leitor, que fornece esclarecimentos sobre a série de certificados ISO 14000, como forma de corrigir equívocos de um artigo anteriormente publicado; e uma coluna dedicada ao agronegócio.

Este segundo texto anuncia que “o setor agropecuário está no limiar de uma nova era”¹⁵, tendo elaborado a “Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária”, que é considerado “o primeiro sistema de certificação do setor agropecuário do mundo” e cujos pressupostos são a verificação

¹⁵ RODRIGUES, R. Certificando nosso futuro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1608200808.htm>>. Acesso em: 23 out. 2008.

voluntária e a propriedade rural como unidade de monitoramento. Desse modo, tal iniciativa prevê assegurar que aspectos fundamentais da Gestão Ambiental e social da propriedade sejam respeitados. Cabe ressaltar, porém, que grande parte dos quesitos considerados analisáveis já são contemplados como exigência legal, por exemplo, a manutenção da Reserva Legal, a proteção dos recursos hídricos e a garantia de segurança aos trabalhadores rurais. Isto permite inferir que o atendimento à legislação ambiental, por si só, não parece atraente ao setor, sendo necessária a criação de instrumentos que dêem publicidade a questão, de forma a motivar mais adeptos.

2.3.3.5 Legislação

1) Licenças – Neste índice foram agrupados 15 textos em que a abordagem principal é o aspecto legal voltado, particularmente, a assuntos relacionados à obtenção de licenças ambientais para empreendimentos. De modo geral, estas matérias tratam de dar publicidade a algumas obtenções de licenças, assim como relatam exigências oriundas de processos de licenciamento, tais como medidas compensatórias e mitigadoras para a concessão. Contudo, dois assuntos são bastante recorrentes neste grupo:

A evolução do processo de licenciamento das obras do Rodoanel, empreendimento que enfrentou resistência na aceitação pela opinião pública, e, principalmente, por movimentos organizados de cunho ambiental, por se tratar de obra geradora de significativos impactos ao meio. Este assunto foi retratado ao longo de cinco (05) matérias.

A posição do setor empresarial frente às exigências e à burocracia extremadas para a obtenção de licenças ambientais foi outro assunto proporcionalmente bastante explorado durante o período pesquisado, totalizando sete (07) matérias. Nesse sentido, foram encontradas matérias com títulos sugestivos, tais como “Atraso em licença

ambiental atrapalha 65% das empresas”¹⁶, “Indústrias vêm barreira ambiental”¹⁷ e “IBAMA diz que é acusado de proteger a lei ambiental”¹⁸. De modo geral, os problemas relatados nestes textos foram: a morosidade na análise dos processos; os custos elevados dos investimentos para atender às normas; a dificuldade em se identificar critérios técnicos; o grande número de requisitos solicitados; os altos custos relacionados à elaboração de projetos e a dificuldade para encontrar profissionais especializados neste segmento. Assim, as reportagens contêm argumentos sobre ‘empecilhos’ para obtenção de aprovação do Estado para o setor empresarial desenvolver suas atividades, o que, em última análise, atrasaria investimentos e prejudicaria o desenvolvimento da economia.

Em contrapartida, o jornal oferece um artigo, no qual o articulista defende a modernização do processo de licenciamento ambiental empreendida no estado de São Paulo, a partir de 2003 e que, de certo modo, torna o procedimento mais criterioso ao exigir renovação periódica de licenças já concedidas. Além de uma entrevista com o então diretor de licenciamentos do IBAMA, questionado sobre as críticas dos empresários endereçadas ao órgão.

2) Descumprimento - Apenas três (03) matérias foram classificadas neste índice, por exporem, como foco principal, empresas que incorreram no descumprimento de obrigatoriedades legais no desenvolvimento de suas práticas. Uma destas matérias - uma coluna - pontua as opiniões de seu autor sobre os responsáveis pelo acidente envolvendo a Petrobrás na Baía de Guanabara, em 2000. Responsabiliza, assim, o governo do estado do Rio de Janeiro, pelo descaso em aplicar a legislação ambiental existente.

¹⁶ Atraso em licença ambiental atrapalha 65% das empresas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1606200709.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

¹⁷ Indústrias vêm barreira ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0306200409.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

¹⁸ MARCHIORI, B. IBAMA diz que é acusado de proteger a lei ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2112200303.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

3) Sanção - As quatro (04) matérias relacionadas neste índice apontam as punições às quais algumas empresas foram submetidas, por causarem danos ambientais. Mais uma vez, a Petrobrás é protagonista em duas reportagens, que tratam do vazamento de óleo na Baía de Guanabara. Das reportagens restantes neste grupo, uma publica informações sobre a maior multa aplicada pela Cetesb, no estado de São Paulo, no ano de 2008. Enquanto a outra mostra os desdobramentos do incidente envolvendo a Cataguases Papel, indústria mineira responsável por impacto ambiental de grande repercussão no ano de 2003.

4) Outras - Neste espaço destaca-se um editorial, publicado em 2006, que tece elogios ao Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, na época, recém aprovado no Senado. Segundo a Folha de S. Paulo, “o texto é pautado por um elogiável pragmatismo e institui um modelo de gestão ambiental calcado na exploração sustentável das florestas públicas e na atração de investimentos para essas regiões”¹⁹. Tais considerações, aparentemente, ignoram a repercussão e as críticas a este projeto de lei, tais como a falta de discussão por diferentes setores da sociedade e a precariedade de estudos sobre a sustentabilidade ecológica desta exploração. O jornal segue, assim, a enaltecer os benefícios da apropriação privada de bens públicos, através de práticas neoliberais, como forma de frear a destruição a qual a floresta é submetida.

2.3.3.6 Empresas

1) Competitividade - Esta categoria reúne três (03) matérias que evidenciam a competitividade no setor empresarial a partir da adoção de medidas de caráter ambiental. Uma destas, por exemplo, convida os leitores a conhecer “as iniciativas ‘verdes’ das fábricas”²⁰ de automóveis instaladas no país. Assim, a reportagem aponta uma série de medidas implementadas pelas empresas, tais como: investimentos em

¹⁹ FOLHA DE S. PAULO. Explorar para preservar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0402200602.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

²⁰ AZEDO, S. Conheça as iniciativas “verdes” das fábricas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/veiculos/cv22089903.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

pesquisas sobre combustíveis menos poluentes; reuso de água; reaproveitamento e reciclagem de resíduos; atividades de educação ambiental para funcionários; e redução na emissão de gases de efeito estufa. O objetivo desta reportagem, segundo o jornal, é informar o leitor sobre “o que as montadoras vêm fazendo para proteger o meio ambiente”. Contudo, sob uma leitura mais atenciosa, pode-se compreender a matéria como um meio de fornecer elementos para orientar o consumidor comovido com a questão ambiental.

2) Viabilidade econômica - Neste índice foram agrupadas 11 matérias, entre reportagens, notas, artigos e entrevistas, em que o conteúdo, grosso modo, expressa as decorrências econômicas na incorporação da variável ambiental no mundo dos negócios. Desta forma, os textos discorrem sobre o volume de investimentos destinados por algumas empresas para efetivar melhorias ambientais, como também apontam aumentos de receita relacionados a estas melhorias. Outros textos divulgam taxas de lucratividade e de crescimento de empresas especializadas em Gestão Ambiental.

De modo geral, os textos relacionados neste grupo transmitem a euforia do setor na incorporação da questão ambiental, oferecendo recorrentemente bons argumentos sobre seu retorno econômico e, muitas vezes, privilegiando estes aspectos, conforme explicitado pelo seguinte comentário: “A preservação ambiental só funciona se estiver aliada a um retorno financeiro. Não é altruísmo, é um negócio”²¹, expresso por um empreendedor ouvido pelo jornal.

Entretando, em alguns momentos, o discurso utilizado indica que a preocupação com o meio ambiente, crescente no setor, é fruto da conscientização sobre a crise ambiental. Nesse sentido, uma reportagem de 2007 considera a Eco 92 uma marco na conscientização sobre os problemas e que, desde então, surgiram combativas ONG's e algumas iniciativas, como o Protocolo de Kyoto. Ainda segundo a reportagem, estas iniciativas não surtiram os efeitos desejados, porém a “onda verde” observada

²¹ BERCITO, D. Soluções sustentáveis geram lucro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/negocios/cn2109200801.htm>>. Acesso em: 23 out. 2008.

recentemente (a partir da crescente preocupação ambiental nas empresas), aparenta maior credibilidade, pois tem a iniciativa privada como nova protagonista.

Ou seja, nota-se nas matérias pesquisadas um clima geral de otimismo em relação à competência do setor privado na gestão dos problemas ambientais. Como exemplo, pode-se destacar uma entrevista realizada com um alto representante do BNDES, no ano de 1999. Quando questionado sobre o balanço das privatizações no período, este indica que, além da maior lucratividade, as empresas privatizadas apresentaram uma Gestão Ambiental muito melhor que as estatais.

Entretanto, uma única reportagem, do final do ano 2008, questiona a predisposição do setor em perpetuar sua atuação sócioambiental frente aos problemas econômicos enfrentados no período. Assim, prevendo que "a crise financeira global acertará em cheio a onda de sustentabilidade que o mundo corporativo viu crescer nos últimos anos"²², a matéria expõe opiniões de representantes do terceiro setor. Este, parceiro da iniciativa privada em projetos sócioambientais, teme se tornar a primeira vítima do impacto da crise.

3) *Marketing* - Neste índice foram agrupados cinco (05) textos que evidenciam os apelos mercadológicos da questão ambiental. Desse modo, três destas matérias referem-se à concessão de prêmios para Gestão Ambiental, destacando categorias ou anunciando vencedores. Uma delas, listando uma série de premiações criadas àquela época, argumenta que "o lançamento de prêmios para gestão ambiental é um termômetro que aponta o quanto a temática está em alta no país"²³.

Outra reportagem, cujo título é "Cubatão abraça causa pró-fauna e flora"²⁴, o assunto principal remete a algumas iniciativas de recuperação ambiental neste

²² PALHANO, A. Terceiro setor deve sofrer forte impacto com a crise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2810200837.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

²³ Iniciativas de preservação rendem prêmios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/negocios/cn1807200403.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

²⁴ DINIZ, T. Cubatão abraça causa pró-fauna e flora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/negocios/cn1807200401.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

município, um exemplo de desenvolvimento industrial predatório. Assim, segue apresentando projetos ambientais de três indústrias, do setor siderúrgico e químico, instaladas na região. Em suma, a matéria diz que, após adequarem seus processos produtivos às exigências da legislação ambiental, as empresas demonstram empenho em investir em cuidados com o meio ambiente, tais como a construção de minizoológicos, plantio de árvores, e batismo de vias com nomes de animais nativos. Nota-se, nesta reportagem, a tentativa de fomentar a melhoria da imagem de setores da indústria considerados altamente poluidores.

A quinta matéria deste grupo, porém, apresenta um sentido divergente, quando comparada às anteriores. Nesta reportagem discute-se a necessidade da imposição de regras para a rotulagem de produtos, dada a proliferação das publicidades voltadas ao consumo “verde”.

4) Outras - Classificada, neste espaço, apenas uma (01) nota referente ao lançamento de livro sobre Gestão Ambiental direcionado, especificamente, ao ramo empresarial.

2.3.3.7 Poluição

1) Resíduo industrial - Este índice reúne seis (06) matérias que apresentam como tema comum a destinação de resíduos industriais. Quer seja de maneira inadequada, gerando problemas ambientais (quatro reportagens), quer seja tratando de formas de reutilização (duas notas, uma sobre a capacidade de uma central de reciclagem recém inaugurada e a outra sobre lenha produzida a partir de restos de madeira). As duas reportagens que falam sobre destinação inadequada de resíduos industriais, por sua vez, indicam a inexistência de mapeamento das localidades utilizadas para a deposição, apesar das evidências de que a prática foi comum no estado de São Paulo.

2) Resíduo doméstico - Todas as reportagens, quatro (04) no total, definidas por esta classificação expressam a problemática da gestão de resíduos sólidos, em especial, os de origem doméstica. De forma que duas (02) reportagens remetem à questão do descarte inadequado de lixo eletrônico, pilhas e baterias. Enquanto as duas (02) restantes expõem dados sobre a coleta seletiva nos municípios de São Paulo e Itatiba.

3) Acidentes - A unidade temática Poluição abrange ainda um índice denominado Acidentes, que agrupa matérias cujo assunto principal é a disseminação de poluentes no ambiente, através de acidentes. Nesse sentido, os textos, assim categorizados, somam seis (06) e todos têm como protagonista a Petrobrás, de forma que seu conteúdo trata dos desdobramentos dos acidentes envolvendo a Refinaria Duque de Caxias – Reduc e a Plataforma P-36, no Rio de Janeiro e a Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, no Paraná. São quatro (04) reportagens, uma (01) entrevista e um (01) artigo que, de maneira geral, recontam os incidentes e avaliam o ocorrido, de forma a oferecer indícios sobre a atribuição de responsabilidade nestes eventos.

4) Outras - Nenhuma matéria foi classificada como “Outras” nesta Unidade Temática.

2.3.3.8 Ambientalismo

1) Terceiro setor - Somam três (03) as reportagens dedicadas a abordar, como assunto principal, as reivindicações ambientalista de forma organizada, através de associações do terceiro setor, as chamadas ONGs. Duas destas foram publicadas no caderno Ribeirão. A primeira reportagem divulga a acusação de ONG local, sobre danos ambientais causados pela Polícia Militar a um remanescente florestal localizado no município, ao efetuar busca por assaltantes. Enquanto a outra reportagem expressa os desdobramentos da ação civil pública, movida contra a Prefeitura de Ribeirão Preto, que a obriga a revitalizar e arborizar praças e ruas. A terceira reportagem relata a

estratégia criada por ONG de Minas Gerais que, comprando ações com direito a voto de empresas consideradas agressoras ao ambiente, prevê levar suas reivindicações para assembleias de acionistas.

2) Reação - Somente duas (02) reportagens apresentam como tema os resultados alcançados a partir de articulações de caráter ambientalista. Uma destas matérias revela a postura da empresa Vale do Rio Doce, que teve algumas ações compradas por ONG ambientalista mineira. A empresa contesta a influência da ONG em suas decisões, visto que não se trata de um acionista majoritário. Entretanto, oferece a recém adquirida certificação ISO 14001 como demonstração de empenho na questão ambiental. A outra reportagem expõem a articulação da comunidade que se opõe a construção do Rodoanel, resultando no adiamento de algumas audiências públicas para a discussão dos traçados propostos pela Dersa, protelando, desta forma, a realização da obra.

3) Crítica - Duas (02) reportagens oferecem críticas às ações ambientalistas, uma delas ao publicar informações sobre a investigação de ONGs que negociam terras na Amazônia com a alegação de se tratar de forma de preservação ambiental. A outra matéria discorre sobre os esforços empreendidos pela SOS Mata Atlântica para melhorar sua comunicação com a população, de forma a buscar reconhecimento, após 18 anos de atuação.

4) Outras - Uma (01) reportagem não foi categorizada em nenhum índice acima, por expressar a percepção popular sobre algumas questões ambientais. Nesse sentido, a matéria expõe argumentos de moradores do Tremembé, distrito da cidade de São Paulo, cujo território poderia ser potencialmente afetado pela construção do Rodoanel.

2.3.3.9 Consumo

1) *Marketing* - Foi verificada a ocorrência de uma (01) reportagem, no suplemento Vitrine, destinado à oferta de produtos. A reportagem, desenvolvida a partir

de uma “dúvida ética” enviada por um leitor e relacionada ao “consumo consciente”, apresenta ao final, a publicidade de marcas para o consumo.

2) Exigência - Das matérias relacionadas ao consumo, três (03) evidenciam aspectos voltados às novas exigências dos consumidores como instrumento para alcançar a “sustentabilidade”: um texto se resume a um “guia do consumo ético”, com critérios a serem observados para se escolher um produto; outro qualifica as escolhas do consumidor como responsáveis pelo sucesso da Gestão Ambiental; o texto restante, porém, revela que o papel do consumidor final ainda é incipiente.

3) Redução - Duas (02) notas publicadas no caderno Dinheiro enaltecem a redução do consumo como ferramentas eficazes de Gestão Ambiental: para o setor da construção civil, a redução no desperdício de matérias primas; e para o setor hoteleiro, a redução no consumo de água e energia elétrica, além da administração dos resíduos gerados.

4) Outras - A última matéria, enquadrada na unidade temática Consumo, apresenta uma atração a ser lançada em canal de televisão, cuja temática é a qualidade de vida. A proposta é dar dicas sobre “consumo consciente” aos telespectadores, tais como reciclagem, economia de água e compras.

2.3.3.10 Energia

1) Alternativa - O único texto encontrado sobre fontes alternativas de energia resume-se a uma nota publicada no caderno Dinheiro, dedicada ao lançamento de publicação, no ano de 2007, que enumera as práticas ambientais de 500 empresas de grande importância para a economia brasileira. Segundo a nota, a partir dos dados de tal publicação é possível concluir que 46% das empresas pesquisadas usam fontes renováveis de energia e 49% destas pesquisam tecnologia para reduzir emissões atmosféricas. Entretanto, pode-se inferir que o assunto, quando relacionado à Gestão Ambiental, ainda é pouco explorado nas páginas da Folha de S. Paulo.

2) Recursos naturais - Esperava-se encontrar matérias cujo tema fosse o consumo de recursos naturais como fonte de energia, essencialmente os de caráter não renovável, tal como o petróleo e o carvão mineral. Esta expectativa decorreu da relevância assumida pelo tema após a publicação dos relatórios sobre mudanças climáticas do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), que apontam que a queima de combustíveis fósseis é responsável pelo aumento expressivo nas emissões de CO₂. Contudo, nenhum texto em todo o *corpus* pesquisado estabeleceu este tipo de correlação.

3) Mudanças climáticas - Duas (02) matérias apresentam seus conteúdos relacionados às alterações climáticas. Uma reportagem explicita a postura do setor empresarial frente a esta questão, pontuando que a ausência geral de normas consolidadas acarreta na falta de projetos na área, por exemplo, os de MDL – mecanismos de desenvolvimento limpo, apesar do elevado interesse do setor. Enquanto um artigo discorre sobre as possibilidades de desenvolvimento da região amazônica, considerando que a lucratividade advinda da conservação florestal, através da manutenção de estoques de carbono, apresenta-se muito mais interessante que o atual quadro de desenvolvimento local, no qual, após a exploração predatória de madeira, a floresta dá lugar à pastagens e cultivos menos rentáveis.

4) Outras - Nenhuma matéria foi classificada como “Outras” nesta Unidade Temática.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir do estudo das mensagens relacionadas à Gestão Ambiental demonstram que, de certo modo, na cobertura realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, o setor empresarial se antecipa e se destaca na definição desta noção. E constantemente enaltece as vantagens econômicas da adoção de “práticas sustentáveis” e da disseminação da “consciência ambiental”, termos, entre outros, utilizados a exaustão nos textos analisados, ainda que, com um olhar mais atento, pareçam estar num limbo de jargões ainda sem definição.

Desse modo, nota-se claramente certa tendência na proposição das iniciativas deste setor como caminhos certos na resolução da dita ‘crise ambiental’. As políticas empresariais e a normatização dos diferentes setores produtivos teriam como finalidade adequar os processos, garantindo rentabilidade aos negócios e bem estar à sociedade. Caberia aqui questionar, então, qual seria o papel do Estado, e das decisões democráticas da coletividade, visto que o mercado, aparentemente, carrega em si as melhores decisões para o problema.

Qualitativamente, pôde ser observado que na Folha, veículo cuja proposta de abordagem preza a pluralidade, existe a disposição em se ressaltar positivamente o ambientalismo empresarial, quando não em desdenhar da competência do setor público frente à questão ambiental. É certo que existem inúmeros conflitos ideológicos entre setores divergentes no governo, além de problemas vinculados à criação de políticas públicas, extremada burocracia, falta de fiscalização do cumprimento da legislação pelos órgãos competentes, ausência de incentivos para boa conduta ambiental e rigor nas sanções impostas a infratores. Entretanto, o descrédito em relação à atuação governamental é marcante nas mensagens difundidas pelos textos analisados.

Disto, pode-se concluir que há pouco mais de uma década, observa-se o aumento gradual e significativo da incorporação de algumas práticas ambientalmente corretas no meio empresarial, mas também e fundamentalmente, do discurso ecológico. Sabe-se, também, que a prevenção de passivos, multas e sanções, além do uso

parcimonioso de recursos, reduzem custos e ampliam a margem de lucros. Práticas menos danosas ao ambiente também abrem mercados e conquistam clientes. Porém, o mundo corporativo, por si só, é incapaz de resolver os problemas ambientais e sociais. A mão invisível de Adam Smith, já mostrou a que veio e a predisposição do capitalismo em oferecer soluções verdes de consumo não serão suficientes para reverter os processos de degradação que hoje ocorrem. *“Quando cada ‘homem econômico’ persegue exclusivamente seus interesses, o resultado comum pode ser desastroso”* (EPSTEIN, 2006, p. 23).

As análises comprovam que, no que se refere à perspectiva ambiental no planejamento do desenvolvimento, o livre funcionamento do mercado revela grandes deficiências como mecanismo de desenvolvimento. De fato, o mercado é incapaz, em geral, de atender às necessidades de fornecimento de serviços de infra-estrutura ou consumo coletivo. Em seguida, o mercado tem um horizonte temporal de curto prazo e tende a explorar recursos de modo a pôr em risco as possibilidades de desenvolvimento futuro (ALMEIDA et al., 2000, p. 242).

Ocorre, então, que a difusão hegemônica da ideologia da racionalidade econômica, auxiliada pelos meios de comunicação de massa, através do discurso do “desenvolvimento sustentável” e da “Gestão Ambiental”, pode levar a falsa compreensão de que a questão já encontrou um caminho para resolução. O que, grosso modo, acarretaria na ausência de discussões aprofundadas sobre o tema e comprometeria a emergência de um senso crítico da realidade. O que, por fim, enfraqueceria a possibilidade de reformas sociais e de gestão participativa e democrática dos recursos, minando a possibilidade de transição à racionalidade ambiental.

Ou seja, acredita-se que a massiva divulgação de “alternativas” verdes, orientadas pela lógica de mercado, pode proporcionar à sociedade apenas uma acomodação frente às novas necessidades de consumo, perpetuando, assim, a ideologia capitalista, a degradação ambiental e as disparidades sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.R.; CAVALCANI, Y.; MELLO, C.S. **Gestão ambiental**: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000. 250 p.
- ALMEIDA JR., A.R. Gestor ambiental: profissional ou intelectual? **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 7, n. 3, 2007, p. 45-54. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/olam>>. Acesso em: 23 jul. 2009.
- ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A.B. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron books, 2000. 206 p.
- ANDRADE, T.H.N. Conservação ambiental e mídia: novas tendências. In: LUCHIARI, M.T.D.P.; SERRANO, C.; BRUNHS, H.T. (Org.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007. v. 1, p. 163-176.
- ARBEX JÚNIOR, J. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001. 294 p.
- ASSIS, W.F.T. Da natureza domada ao desenvolvimento sustentável: a invisibilidade e o ocultamento dos impactos ambientais na publicidade dos setores químico, petroquímico e elétrico. In: ENCONTRO ANPPAS, 3., 2006, Brasília. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2006.
- _____. **Representações da natureza e des-figuração dos conflitos socioambientais**: a publicidade dos setores elétrico, químico e petroquímico entre 1982 e 2002. 2005 203 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BEDER, S. Costing the earth: equity, sustainable development and environmental economics. **New Zealand Journal of Environmental Law**, Auckland, v. 4, p. 227-243, 2000. Disponível em: <<http://www.uow.edu.au/arts/sts/sbeder/esd/equity.html>>. Acesso em: 29 jan. 2007.
- BÍBLIA, Gênesis. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de J.F. de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1960. cap. 1, vers. 26.
- BIONDI, A.; CHARÃO, C. Terra de gigantes. **Revista ADUSP**, São Paulo, n. 42, p. 6-25, jan. 2008.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 143 p.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2006.

COIMBRA, J.A.A. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. (Ed.) **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004. v. 1, p. 525-570.

CORBIN, A. **O território do vazio:** a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 277 p.

DELUIZ, N. Formação do sujeito e a questão democrática em Habermas. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/habermas03.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2004.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 149-163.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996. 176 p.

DUARTE, J., BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006. 380 p.

EPSTEIN, I. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006. p.15-31.

FERREIRA, L.C. **A questão ambiental:** sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 154 p.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2001. 221 p.

_____. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad y Territorio,** Toluca, v. 3, n. 12, p. 621-637, 2002.

FONSECA JÚNIOR, W.C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J., BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

FRANCESCHINI, L.F.O. Notícia e reportagem: sutis diferenças. **Comum,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 144-155, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum22/Artigo6.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2007.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia.** São Paulo: Futura, 2003. 470 p.

KRAEMER, M.E.P. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/des_sustentavel.doc>. Acesso em: 29 jan. 2007.

LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça.** São Paulo: Annablume, 1998. 234 p.

_____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.

_____. **A formação de recursos humanos em gestão ambiental empresarial.** Disponível em: <<http://www.niead.ufrj.br/artigophilippe.htm>>. Acesso em: 13 out. 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza.** São Paulo: Ática, 1989. 189 p.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224 p.

NEDER, R.T. **Crise socioambiental: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. 438 p.

PHILIPPI JR., A. **O impacto da capacitação em gestão ambiental.** 2002. 154 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PHILIPPI JR., A.; BRUNA, G.C. Política e gestão ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004. v. 1, p. 657-711.

RAMOS, L.F.A. **Meio ambiente e meios de comunicação.** São Paulo: Annablume, 1995. 159 p.

RESENDE, V.M.; RAMALHO, V. Ciência social crítica e análise do discurso crítica. In: _____. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006. p. 25-54.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2005. 92 p.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. 512 p.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1.817, de 24 de outubro de 1978.** Estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2006.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 230 p.

TASSARA, E.T.O.; ARDANS, O. Participação emancipatória: reflexões sobre a mudança social na complexidade contemporânea. **Revista Imaginário**, São Paulo, n. 9, p. 15-31, 2003.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454 p.

UNGARETTI, W.N. **Empresariado e ambientalismo:** uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998. 127 p.

VALA, J. A análise de conteúdo. In: SILVA, A.S.; PINTO, J.M. (Org.). **Metodologia das ciências sociais.** Porto: Afrontamento, 1987. cap. 4, p. 101-128.

VASCONCELOS, M.D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 77-87, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)